

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INTEGRAL**

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS  
DE FLORIANÓPOLIS QUE DESENVOLVEM O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO**

**PAULA CORTINHAS DE CARVALHO BECKER**

**FLORIANÓPOLIS**

**2013**

**PAULA CORTINHAS DE CARVALHO BECKER**

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS  
DE FLORIANÓPOLIS QUE DESENVOLVEM O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO**

Trabalho de pesquisa apresentado como  
requisito para conclusão do curso de  
Especialização em Educação Integral.

Orientador: Prof. Juares da Silva Thiesen, Dr.

**FLORIANÓPOLIS**

**2013**

## RESUMO

BECKER, Paula Cortinhas de Carvalho. **A organização do trabalho pedagógico nas escolas municipais de Florianópolis que desenvolvem o Programa Mais Educação.** Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Educação Integral. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

A Rede Municipal de Ensino de Florianópolis aderiu ao *Programa Mais Educação*, instituído pelo Ministério de Educação (MEC) como uma forma de indução à educação integral no ensino fundamental. Neste sentido, a presente pesquisa procura compreender a organização do trabalho das escolas que o desenvolvem. Para atingir este objetivo, aplicou-se um questionário aos diretores e/ou às coordenadoras do Programa nas escolas e analisou-se relatórios com a finalidade de identificar elementos que integram a organização do trabalho pedagógico. Assim, como problema de pesquisa, buscou-se responder à seguinte pergunta: de que modo as unidades educativas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis que desenvolvem o *Programa Mais Educação* estão organizando seu trabalho pedagógico? Com esta investigação, é possível perceber que ocorreram relativas mudanças nas relações entre os diversos agentes educativos nos espaços, tempos e saberes escolares. Alguns elementos da organização do trabalho pedagógico revelam que existem avanços significativos e que outros podem ser considerados desafios para educação integral no município de Florianópolis. Observa-se que a proposta de educação integral modifica o cotidiano da escola e, desta forma, exige ser pensada, vivida, organizada, construída no coletivo.

**Palavras-chave:** Educação Integral. Programa Mais Educação. Organização Pedagógica.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE	Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários de Educação
DICEI	Diretoria de Currículos e Educação Integral
EBM	Escola Básica Municipal
ED	Escola Desdobrada
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PROFIC	Programa de Formação Integral da Criança
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	5
Procedimentos Metodológicos .....	8
1. CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	12
1.1. EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: INTERFACES COM O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.....	12
1.2. PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO .....	16
1.2.1. Programa Mais Educação em Florianópolis.....	20
2. ELEMENTOS QUE INTEGRAM A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO .....	25
3. CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS QUE DESENVOLVEM O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	48
REFERÊNCIAS .....	52
APÊNDICE – Questionário .....	56

## INTRODUÇÃO

O Município de Florianópolis, nos últimos anos, vem reescrevendo suas políticas educacionais com base nas demandas regionais que são conduzidas pelas políticas nacionais, como forma de demonstrar responsabilidade social com sua população. A Rede Municipal de Ensino vem organizando sua proposta curricular de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96) que, na Seção III – Do Ensino Fundamental, Art. 34, trata sobre a ampliação progressiva da jornada escolar. Dentre as ações que compõem a política municipal de educação está o Programa de Educação Integral, desenvolvido pela Diretoria de Ensino Fundamental (DEF) e iniciado em 2007. O documento, elaborado pela equipe de coordenação do Projeto Educação Integral, define as diretrizes, os eixos, os princípios e os objetivos, bem como as diversas ações contempladas no projeto. Segundo a DEF, essa proposta é organizada e reescrita todos os anos de acordo com as demandas das unidades educativas.

O Programa de Educação Integral é contemplado também na Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, de 2008. Esta diretriz apresenta a educação integral como a ampliação do tempo no Ensino Fundamental, contribuindo para a permanência das crianças e dos jovens na escola e em outros espaços educativos da comunidade ampliando assim sua jornada de estudos e convivência, através da qualificação do currículo escolar.

Outra meta apresentada pelo Programa de Educação Integral é a implementação de turmas de tempo integral que apresentam baixo rendimento escolar. Algumas escolas da Rede Municipal de Ensino contam com estas turmas nos anos iniciais do ensino fundamental.

Além do Programa de Educação Integral, a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis aderiu, em 2008, ao *Programa Mais Educação*, instituído pelo Ministério de Educação (MEC) como uma forma de indução à educação integral no ensino fundamental. Criado por meio da Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, este Programa constitui-se como estratégia do Governo Federal que prevê a ampliação da jornada escolar para no mínimo sete (7) horas diárias e a organização curricular na perspectiva da educação integral.

As escolas da rede pública de ensino municipal aderem ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso em cada unidade escolar, optam por desenvolver nos

macrocampos atividades previstas no *Mais Educação*, dentre elas: acompanhamento pedagógico; educação ambiental e desenvolvimento sustentável; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura, artes e educação patrimonial; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

O detalhamento de cada atividade, em termos de ementa e de recursos didático-pedagógicos e financeiros previstos, é publicado anualmente em manual específico relativo à educação integral, que acompanha a resolução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Orientações detalhadas sobre o programa e seu funcionamento podem ser encontradas no caderno Passo a Passo Mais Educação.

Segundo o Ministério da Educação:

Diferentes experiências pedagógicas indicam o papel central que a escola tem na construção de uma agenda de Educação Integral articulando, a partir da ampliação da jornada escolar, políticas públicas, equipamentos públicos e atores sociais que contribuam para a diversidade e riqueza de vivências que tornam a educação integral uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo (PROGRAMA, 2012).

Tal abordagem é aprofundada no Texto de Referência para o Debate Nacional e no caderno Gestão Intersetorial no Território.

Os territórios do Programa foram definidos inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situadas em capitais e regiões metropolitanas. Em 2010, o Programa foi ampliado, atendendo maior número de municípios e de escolas e beneficiando mais alunos a partir dos seguintes critérios: escolas contempladas com PDDE/Integral no ano de 2008 e 2009; escolas com baixo IDEB e/ou localizadas em zonas de vulnerabilidade social; escolas situadas nas capitais e nas cidades das nove regiões metropolitanas, bem como naquelas com mais de 90 mil habitantes. Em 2011, os critérios para adesão ao Programa foram: escolas estaduais ou municipais de baixo IDEB que foram contempladas com o PDE/Escola 2009; escolas localizadas em territórios de vulnerabilidade social; e escolas situadas em cidades com população igual ou superior a 18.844 habitantes (PROGRAMA, 2012).

Desde sua implementação, em 2008, a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis vem desenvolvendo, em algumas unidades educativas, o *Programa Mais Educação*. No primeiro ano de atendimento, apenas uma escola foi contemplada, porém, em 2009, este número cresceu para dez unidades educativas; nos dois anos seguintes, eram 11 escolas

participantes e em 2012 são 17 unidades educativas desenvolvendo as atividades do Programa.

Pesquisas, relatos e depoimentos de experiências de educação integral no Brasil dão conta que existem diferentes formas de se desenvolver essa nova modalidade educativa. Uma delas é a escola de educação integral, onde o tempo/jornada é ampliado oferecendo atividades que conversam com o currículo básico obrigatório por lei no interior da escola. Outra possibilidade é a da jornada ampliada em que, num período, as crianças frequentam a escola comum (currículo básico) e depois, em outros espaços de aprendizagem da comunidade, elas têm oportunidade de participar de outras atividades educacionais. Além dessas formas de organização, várias outras integram as experiências brasileiras neste mesmo âmbito.

Com foco no Município de Florianópolis, perguntamos: como acontece a educação integral nas unidades escolares que desenvolvem o *Programa Mais Educação*? Há um padrão entre as escolas? Que orientações recebem as unidades educativas participantes do Programa? A comunidade local de cada unidade educativa está envolvida com as atividades propostas? De que forma? E as famílias, estão envolvidas neste processo? Que outros setores/espços da sociedade participam do Programa de Educação Integral do Município de Florianópolis?

Pensando na formação básica que deve garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental, a educação integral deve somar e qualificar o processo ensino-aprendizagem, oportunizando a construção do conhecimento para além dos muros escolares. Desta forma, o currículo pode sugerir uma organização que venha a abranger saberes, espaços, tempos e sujeitos a serem estudados em diferentes dimensões que podem ser: social, política, cultural, abrangendo conhecimentos e vivências dos sujeitos envolvidos.

Surgem, então, novas perguntas: que aprendizagens, saberes e práticas estão sendo valorizados nas experiências de educação integral do município através do *Programa Mais Educação*? O que as crianças estão aprendendo neste tempo a mais, neste tempo ampliado, nos espaços escolares e nos espaços comunitários?

Com base na problemática apontada e nos questionamentos levantados, organizamos a presente pesquisa que tem por objeto o *Programa Mais Educação*, desenvolvido no ano de 2012, por 17 escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. A investigação teve como objetivo geral compreender a organização do trabalho das escolas que desenvolvem o *Programa Mais Educação* na Rede Pública de Ensino do Município de Florianópolis. Para alcançá-lo, definimos os seguintes objetivos específicos: conhecer os elementos conceituais que fundamentam o *Programa Mais Educação* no Brasil e particularmente na Rede Pública

de Ensino de Florianópolis; compreender os elementos que constituem a organização do trabalho pedagógico nas escolas no âmbito do *Programa Mais Educação*; caracterizar o trabalho pedagógico nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis que desenvolvem o *Programa Mais Educação*.

Foi parte integrante dos procedimentos metodológicos a aplicação de um questionário aos diretores e/ou coordenadoras do Programa nas escolas, com a finalidade de identificar alguns elementos que integram a organização do trabalho pedagógico das escolas que participam do *Programa Mais Educação*. Tendo em vista o amplo conjunto de aspectos que envolvem a ação da escola e a dificuldade de abarcar sua totalidade, optamos por considerar somente os mais diretamente relacionados com a ampliação de jornada escolar/educação integral. São eles: espaços e tempos, relação escola e comunidade, gestão, sujeitos envolvidos, conteúdos trabalhados, didática, currículo formal, cultura, formação e projeto político pedagógico. Esses elementos estão fundamentados teoricamente por meio das leituras realizadas sobre a educação integral durante o curso de especialização.

Como problema de pesquisa, buscamos responder à seguinte pergunta: de que modo as unidades educativas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis que desenvolvem o *Programa Mais Educação* estão organizando seu trabalho pedagógico?

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido durante o curso de Especialização em Educação Integral, oferecido pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o Ministério da Educação, curso este realizado entre os meses de março de 2012 e junho de 2013.

Para a fundamentação teórica foram necessárias leituras, análises e discussões relacionadas ao tema, ao problema e aos objetivos. Sendo assim, selecionamos uma bibliografia que pudesse contribuir para a compreensão sobre os conceitos de educação integral e sobre a organização do trabalho das escolas que desenvolvem o *Programa Mais Educação* na Rede Pública de Ensino do Município de Florianópolis.

Tendo em vista que se trata de um estudo predominantemente empírico, optamos pela aplicação de um questionário envolvendo os sujeitos que participam do *Programa Mais*

*Educação* nas 17 unidades educativas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis onde são realizadas estas experiências de educação integral.

O questionário é um instrumento que tem como objetivo a coleta de informações dos sujeitos por meio de perguntas a serem respondidas sem a intervenção do pesquisador. Esse instrumento pode ser enviado por e-mail ou entregue impresso diretamente aos sujeitos. A apresentação do questionário deve explicar a natureza da pesquisa, assim como a importância de obter respostas adequadas e as mais completas possíveis (WILL, 2012).

Segundo Will (2012), um questionário pode ser composto por questões fechadas, abertas ou fechadas e abertas. As questões fechadas são aquelas cujas respostas estão pré-determinadas e o sujeito apenas escolhe uma das alternativas. As questões abertas são aquelas em que não há respostas pré-determinadas e o sujeito é o único responsável pela resposta dada. O terceiro tipo de questionário é aquele que apresenta uma mescla de questões fechadas com abertas, e o sujeito tem a possibilidade de complementar as respostas.

O questionário aplicado nesta pesquisa conteve, na sua maioria, questões abertas, porque desse modo o sujeito pesquisado pode escrever livremente, de acordo com sua realidade, quando responde questões a respeito da experiência de educação integral na unidade educativa onde trabalha. O instrumento foi aplicado aos coordenadores do *Programa Mais Educação* ou aos diretores escolares, sendo elaborado um questionário para cada instituição que desenvolve o programa.

O *Mais Educação* é um programa que objetiva, dentre outros aspectos, a indução para uma escola integral e sua implantação exige que as instituições escolares reconfigurem alguns elementos do processo pedagógico, tanto em termos de conteúdo quanto de forma. No questionário aplicado, foram apresentados os seguintes elementos que, segundo nosso entendimento, constituem a organização do trabalho pedagógico do Programa em questão: espaços e tempos; relação escola e comunidade; gestão; sujeitos envolvidos; conteúdos trabalhados; didática; currículo formal; cultura; formação; projeto político pedagógico.

Com a aplicação deste instrumento, procuramos verificar o que vem mudando nas escolas após a implantação do *Programa Mais Educação*, em cada um dos aspectos elencados. Os participantes deveriam apontar, em especial, os elementos de mudança decorrentes da implantação do Programa.

O instrumento foi organizado em três sessões. Na primeira buscamos identificar a situação funcional dos entrevistados; na segunda, caracterizamos as experiências desenvolvidas pelos mesmos no *Programa Mais Educação*; e na última, levantamos o

conjunto de elementos da organização do trabalho pedagógico das escolas. Esses mesmos elementos serão abordados e fundamentados no Tópico II deste trabalho.

Além da aplicação do questionário, analisamos ainda os relatórios semestrais, construídos pela coordenação *do Programa Mais Educação* de cada unidade educativa participante e entregues à Diretoria de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, no mês de agosto e no mês de dezembro do ano de 2012. Estes documentos contribuíram para a presente pesquisa, pois explicitam questões relacionadas à gestão do Programa, relatando experiências, participação da comunidade e modo de organização do trabalho pedagógico.

Tais documentos podem ser vistos como uma avaliação do desenvolvimento do Programa nas dezessete unidades escolares. Neles, os coordenadores descrevem como a monitoria e as atividades oferecidas vêm acontecendo, quais as suas dificuldades e os seus avanços, além de apresentarem suas sugestões de mudança. A análise dos relatórios apenas reforçou aquilo que já havíamos detectado nas informações coletadas e identificado nos questionários aplicados.

O Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares (PPP) também foi considerado um documento importante e pertinente para análise neste trabalho de pesquisa. Uma vez que o projeto define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade, verificamos se as unidades que desenvolvem o *Programa Mais Educação* apresentam, neste instrumento de planejamento, questões relacionadas à educação integral.

A Lei 9.394/96, no inciso I do Artigo 12, estabelece que, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica: o Projeto Político Pedagógico (PPP). Este constitui um documento produzido como resultado do diálogo entre os diversos segmentos da comunidade escolar a fim de organizar e planejar o trabalho administrativo-pedagógico, buscando soluções para os problemas diagnosticados. O PPP, além de ser uma obrigação legal, deve traduzir a visão, a missão, os objetivos, as metas e as ações que determinam o caminho do sucesso e da autonomia a ser trilhado pela instituição escolar.

As dezessete unidades educativas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis que desenvolvem o *Programa Mais Educação* e que por esta razão fizeram parte desta pesquisa são: EBM Adotiva Liberato Valentim, EBM Albertina Madalena Dias, EBM Brigadeiro Eduardo Gomes, EBM Dilma Lúcia dos Santos, EBM Donícia Maria da Costa, EBM Henrique Veras, EBM Intendente Aricomedes da Silva, EBM José Amaro Cordeiro, EBM Luiz Cândido da Luz, EBM Mancio Costa, EBM Maria Conceição Nunes, EBM Osmar

Cunha, EBM Prof. Acácio Garibaldi São Thiago, EBM Professor Anísio Teixeira, EBM Vitor Miguel de Souza, ED José Jacinto Cardoso e ED Osvaldo Galupo.

O trabalho, no seu conjunto, está estruturado em 05 sessões, sendo que, na primeira, explicitamos o tema, o problema, o objetivo geral, os objetivos específicos e aspectos metodológicos.

Na segunda, discutimos a organização do trabalho pedagógico no âmbito do *Programa Mais Educação* no Brasil e, particularmente, na Rede Pública de Ensino de Florianópolis. Para isto, apresentamos um breve histórico da educação integral no Brasil e suas interfaces com o Programa. Neste mesmo texto, abordamos a proposta do *Mais Educação* e analisamos de que forma essa estratégia do Governo Federal, de indução da ampliação da jornada escolar e organização curricular, vem se desenvolvendo no município de Florianópolis.

Na terceira sessão, destacamos os elementos que integram a organização do trabalho pedagógico das escolas no âmbito do *Programa Mais Educação*, entendendo que este objetiva, dentre outros aspectos, induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular. Esses elementos, aqui já referenciados, foram: espaços e tempos; relação escola e comunidade; gestão; sujeitos envolvidos; conteúdos trabalhados; didática; currículo formal; cultura; formação; projeto político pedagógico.

Na quarta sessão, apresentamos os principais resultados da pesquisa, através das análises dos questionários aplicados aos diretores e/ou coordenadores do Programa; das análises dos relatórios da Diretoria de Ensino Fundamental que acompanha o desenvolvimento do *Programa Mais Educação* junto às 17 unidades educativas; e da análise de alguns Projetos Políticos Pedagógicos.

Na quinta e última sessão, tecemos considerações finais sobre o estudo. Considerações estas com foco na análise dos dados extraídos da pesquisa, com base nos autores estudados durante o Curso de Especialização em Educação Integral e nas demais leituras realizadas neste período de estudos.

## 1. CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

O texto a seguir trata da constituição do *Programa Mais Educação* como estratégia utilizada pelo Governo Federal para a indução da educação integral em escolas do ensino fundamental público. Para isso, apresentamos um breve histórico da educação integral no Brasil e de suas interfaces com o *Mais Educação*, concluindo com o detalhamento do Programa no município de Florianópolis.

### 1.1. EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: INTERFACES COM O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

A escola de tempo integral teve, até agora, relativa presença no Brasil. A Escola Parque, concebida por Anísio Teixeira e inaugurada em Salvador em 1950; os Ginásios Vocacionais de São Paulo, nos anos de 1960; os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), instituídos no Rio de Janeiro, em 1983/1986 e 1991/1994, são algumas das experiências de educação integral pública. Para as classes sociais mais favorecidas, esta ideia de integralidade do tempo escolar já vem sendo implementada de forma menos restrita e precária (GIOLO *in* MOLL, 2012).

A classe dominante sempre teve este tipo de educação. São exemplos os colégios jesuíticos do período colonial; os colégios e liceus onde estudavam a elite imperial; os colégios da República, dirigidos por ordens religiosas ou por empresários laicos; as atividades de contraturno e formação complementar nas unidades educativas das últimas décadas. Segundo Jaime Giolo (*in* MOLL, 2012), as escolas para as classes populares são as de tempo parcial, conjugando o tempo escolar com o trabalho produtivo, daí advindas as escolas técnicas industriais, agrícolas, instituídas pela legislação brasileira.

Cavaliere (2009) lembra que, durante a década de 80, destacou-se, no Estado do Rio de Janeiro, o Programa dos CIEPs, com escolas de tempo integral, onde as crianças deveriam permanecer durante todo o dia, participando de atividades curriculares variadas e recebendo alimentação e cuidados básicos. Na mesma época, segundo a autora, no Estado de São Paulo, desenvolveu-se o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC) que, através de

convênio, fornecia recursos e financiamento às prefeituras para apoiar experiências de atendimento às crianças em período integral.

A Constituição Federal de 1988, mesmo não fazendo referência literal aos termos “educação integral” ou “tempo integral”, traz, em seus artigos, questões que permitem que seja deduzida a concepção do direito de todos os indivíduos à educação de formação integral. O art. 6º, por exemplo, garante como direito social a educação e, conforme o artigo 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A legislação só passou a tratar da educação integral recentemente, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/96, que prevê, “a critério dos estabelecimentos de ensino”, a ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para o regime de tempo integral (art. 34, § 2º e art. 87, § 5º). Além disso, esta lei reitera o princípio do direito à educação integral disposto na Carta de 1988, em seu art. 2º, ao determinar como princípio e fim da educação nacional o “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Além de prever a ampliação do ensino fundamental para tempo integral, a Lei 9.394/96 admite e valoriza as experiências extra-escolares (art. 3, inciso X), as quais podem ser desenvolvidas com instituições parceiras da escola. Cada município e unidade escolar pode garantir a formação integral em suas propostas de ensino e no Projeto Político Pedagógico de acordo com sua realidade.

Observamos também que a Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), a exemplo da Constituição Federal de 1988 e da LDB, retoma e valoriza a educação integral como possibilidade de formação integral do homem. Ressaltamos, contudo, que o PNE avança para além do texto da LDB ao apresentar a ampliação progressiva do tempo escolar dentre os objetivos e as metas não apenas relacionadas ao ensino fundamental, mas também à educação infantil. O PNE delimita um quantitativo mínimo de sete horas diárias para a escola de tempo integral.

Na última década, o Congresso Nacional aprovou dois fundos direcionados ao financiamento da educação pública e cujos encaminhamentos se constituíram iniciativa do Poder Executivo. Inicialmente, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, em substituição a este, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O FUNDEF foi criado pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Trata-se de um fundo de natureza contábil, implantado em todo o País, em 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos provenientes de impostos aplicados pelos municípios e Estados destinados ao Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries).

Já o FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, inicialmente regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006 e, posteriormente, convertido na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Também é um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada estado e, diferentemente do FUNDEF, deverá ter seus recursos destinados à educação básica pública, sendo que, pelo menos sessenta por cento do seu total anual deverá ser destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública (art.22).

O FUNDEB é um mecanismo de financiamento da educação pública no Brasil. Constituído em 2007, engloba 27 fundos específicos, um para cada estado da Federação e um para o Distrito Federal. Seus recursos são destinados necessariamente ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica, isto é, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. O FUNDEB é como um fundo contábil, composto por uma cesta de impostos e transferências estaduais e municipais, e sua vigência se estende até 2020.

O dinheiro do FUNDEB é transferido de forma automática e periódica para cada governo estadual e municipal, com base no número de alunos registrados no Censo Escolar mais recente. Por lei, pelo menos 60% dos recursos do desse fundo devem ser usados para remunerar o magistério e os gestores educacionais. O restante vai para outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, tais como: aperfeiçoamento do pessoal docente e dos profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; aquisição de material didático-escolar e manutenção de transportes escolares; realização de atividades-meio, necessárias ao funcionamento do ensino, como serviços de vigilância, limpeza e conservação. O FUNDEB estabelece também valores diferenciados para a educação de tempo parcial e de tempo integral.

Este fundo inovou em relação ao FUNDEF ao diferenciar os coeficientes de remuneração das matrículas, não apenas por nível, modalidade e etapa da educação básica, mas também pela extensão do turno na escola. Além de considerar o tempo integral como possibilidade para toda a educação básica nacional, o fundo possibilita a distribuição de um

percentual maior de recursos para a educação integral. Desta forma, o FUNDEB evidencia uma tentativa inicial de garantir o real direito à educação em tempo integral e vem se constituindo numa política propulsora da ampliação das discussões em torno das temáticas voltadas para a educação integral e para o tempo integral.

Na realidade, esse fundo inaugura um novo tempo na educação pública brasileira. Segundo Giolo (*in* MOLL, 2012), é possível dizer que agora há um aparato legal e um projeto de Estado, prevendo recursos para educação integral que podem chegar a qualquer escola de educação básica, em todo território nacional.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 24 de abril de 2007, pelo Presidente da República e pelos Ministros da Educação, da Fazenda e do Planejamento, é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros visando apoiar a execução de todo ou de parte do seu planejamento.

O referido Plano indica, no seu artigo 20, as diretrizes voltadas à ampliação do tempo de aprendizagem dos alunos e à qualificação dos processos de ensino, com participação dos alunos em projetos socioculturais e em ações educativas. A ideia é ampliar a jornada escolar, possibilitando que crianças, adolescentes e jovens envolvam-se em atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer. De acordo com os documentos da *Série Mais Educação*, isso contribui para reduzir evasão, reprovação e distorções de idade-série, ao mesmo tempo em que amplia o tempo de aprendizagem dos alunos. Atualmente, a média diária de horas-aula dos alunos é de apenas quatro, quando o ideal seria, no mínimo, sete horas.

Conforme o PDE, o desenvolvimento da Educação, essencial ao desenvolvimento econômico sustentável do país, impulsionado pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), depende de uma boa articulação de políticas públicas, em vários setores. O Plano faz ampla divulgação de medidas de apoio à educação a fim de eliminar as barreiras que impedem o acesso e a permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola.

## 1.2. PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O *Programa Mais Educação*, instituído pela Portaria Interministerial nº17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação. Esse Programa constitui uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral.

A proposta de organização curricular é apresentada na trilogia *Série Mais Educação*, publicada em 2009 - que pretende contribuir para um diálogo nacional sobre a conceituação, a operacionalização e a implementação do *Programa Mais Educação*. Além disso, este conjunto de textos, “no contexto das políticas educacionais brasileiras, propõe-se a incentivar o debate e a construção de um paradigma contemporâneo de educação integral, que possa constituir-se como legado qualificado e sustentável” (MOLL org., 2009, p.11).

O primeiro caderno intitula-se *Gestão Intersetorial no Território* e trata dos marcos legais do Programa *Mais Educação*, das temáticas Educação Integral e Gestão Intersetorial, da estrutura organizacional e operacional do *Programa Mais Educação*, dos projetos e programas ministeriais que o compõem e de sugestões para procedimentos de gestão nos territórios.

*Educação Integral: texto referência para o debate nacional* é o segundo caderno da Série Mais Educação, organizada pelo MEC em 2009, e foi produzido por um grupo de trabalho, convocado pelo Ministério da Educação, sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), composta por gestores e educadores municipais, estaduais e federais e representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

O último caderno da trilogia intitula-se *Rede de Saberes Mais Educação* e sugere caminhos para a elaboração de propostas pedagógicas de educação integral por meio do diálogo entre saberes escolares e comunitários.

Cavaliere e Gabriel (*in* MOLL, 2012) destacam aspectos na concepção de educação integral do *Programa Mais Educação* que se diferenciam da utilização do conceito em outros momentos históricos. O Programa, de acordo com os três cadernos, reconhece que a educação integral não é obra apenas da escola ou dos setores de governo diretamente ligados à

educação. Os documentos reforçam os sentidos de responsabilização coletiva da sociedade pela educação das crianças e dos jovens.

Outro aspecto apontado por estes autores é a intencionalidade da busca de uma integração entre os diferentes saberes, que se manifesta de forma explícita constituindo a proposta do *Programa Mais Educação*. Entretanto, o termo currículo integrado não é utilizado nos documentos oficiais do Programa. Para Cavaliere e Gabriel (*in* MOLL, 2012, p.285), “a ausência desse significante nos parece um indício fecundo para a compreensão de como os sentidos de integração entre saberes são re-significados no Programa”.

O *Mais Educação* é uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, que visa contribuir para a diminuição das desigualdades educacionais e a valorização da diversidade cultural brasileira. Fazem parte o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Cultura, o Ministério da Defesa e a Controladoria Geral da União.

De acordo com o Manual Operacional de Educação Integral (2012, p.3), enquanto estratégia, o Programa

[...] promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a educação integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada a vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

E visa fomentar, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, projetos e ações socioeducativas oferecidas a crianças e jovens, com a participação da escola, família e comunidade. Orientações sobre a adesão ao Programa e sobre seu desenvolvimento podem ser encontradas no “Manual da Educação Integral em Jornada Ampliada para Obtenção de apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/Educação Integral”, que é publicado anualmente.

Segundo os documentos da *Série Mais Educação*, o atendimento foi prioritário às escolas de baixo IDEB, inicialmente situadas em capitais e regiões metropolitanas, alcançando, em 2010, cidades com mais de 90.000 habitantes em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social e educacional, que requerem a convergência prioritária de políticas públicas. Em 2011, incluíram-se municípios com mais de 18.800 habitantes, totalizando cerca de 15.000 escolas participantes. Até 2014, a previsão é de que o *Programa Mais Educação* esteja em todo território nacional, envolvendo 32.000 escolas.

Com o objetivo de garantir o direito de aprender, incidindo na diminuição das desigualdades educacionais por meio da ampliação da jornada escolar na perspectiva de educação integral, os documentos de orientação do Programa elencaram alguns critérios para definição dos estudantes que dele participarão, no caso de a escola não atender a totalidade de seus alunos.

Cada escola, contextualizada com seu projeto político-pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, define quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo desejável que todos os estudantes participem e que o conjunto da escola participe nas escolhas e definições. O *Programa Mais Educação* estabelece o mínimo de 100 estudantes para o início das atividades, contudo, não estabelece número máximo de estudantes. Isso significa que a escola pode chegar à totalidade de seus estudantes incluídos no Programa, de acordo com sua disponibilidade de espaço físico, apoio do sistema de ensino ao qual a escola está vinculada e sua capacidade de articulação com a comunidade.

Este Programa é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para as escolas dos territórios prioritários. As atividades a serem escolhidas pelas escolas que desenvolvem o Programa são organizadas nos seguintes macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza; e Educação Econômica. Cada macrocampo agrega atividades específicas de acordo com o Manual do Programa.

O *Programa Segundo Tempo*, pertencente ao macrocampo Esporte e Lazer, é uma atividade promovida pelo Ministério do Esporte em parceria com o MEC. Tem como objetivo oportunizar o acesso à prática esportiva a todos os alunos das Escolas Públicas da Educação Básica, iniciando o atendimento com as escolas que participam do *Programa Mais Educação*.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por três ou quatro macrocampos a serem trabalhados. A partir dos macrocampos escolhidos, optam por cinco ou seis atividades para serem desenvolvidas com as crianças e os jovens. O macrocampo “Acompanhamento Pedagógico” é obrigatório para todas as escolas, devendo haver pelo menos uma atividade deste macrocampo.

O detalhamento de cada atividade, em termos de ementa e de recursos didático-pedagógicos e financeiros previstos, é publicado anualmente em manual específico relativo à

educação integral, que acompanha a resolução do Programa Dinheiro Direto na Escola do FNDE. O caderno *Passo a Passo Mais Educação* (2011) detalha, de forma objetiva, dentre outras orientações, o público alvo do Programa, os profissionais responsáveis, o papel do professor comunitário/professor coordenador, os macrocampos e as atividades. Esse manual apresenta também o papel do diretor e os objetivos e as atribuições do Comitê Local.

De acordo com esta publicação, cabe ao diretor garantir a tomada coletiva das decisões acerca das escolhas das atividades formativas do *Programa Mais Educação*, garantir a transparência nas prestações de contas dos recursos recebidos e fomentar a organização do Comitê Local. Por sua vez, o comitê tem por objetivo integrar diferentes agentes da comunidade em que a unidade educativa está inserida para formular e acompanhar o Plano de Ação Local de Educação Integral – plano que contempla as atividades escolhidas, as parcerias estabelecidas, o número de estudantes atendidos.

As atividades relativas aos diferentes macrocampos do *Programa Mais Educação* podem ser conduzidas por voluntários da comunidade, os quais são chamados de monitores ou oficinairos. A Lei do Voluntariado nº 9.608/1988 considera o serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (Art.1º). O Programa possibilita apenas o ressarcimento financeiro referente à alimentação e ao transporte dos voluntários, não estabelecendo vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista e previdenciária.

Cavaliere (2013) destaca três aspectos do Programa que trazem inovações e colocam questões que podem auxiliar na reflexão sobre o sistema educacional público brasileiro. O primeiro é a intersetorialidade, que aparece com destaque no texto da Portaria, sendo um dos aspectos mais marcantes do *Programa Mais Educação*. Neste aspecto, segundo a autora citada, “as políticas públicas dos órgãos públicos não estão estruturadas para funcionarem conjuntamente”. Assim, as ações conjuntas propostas dependem “da superação das injunções político-partidárias que, com frequência, orientam as escolhas e motivações administrativas”. Por isso, a criação dos comitês seria uma tentativa, criada pela organização do programa, de enfrentar essa dificuldade.

O outro aspecto destacado por Cavaliere (2013) é o conceito de educação integral, que tem uma longa história na área educacional. Segundo a autora, a “utilização do termo – educação integral – parece contar com a possibilidade da compreensão imediata e unânime de seu significado”. No seu ponto de vista, a preocupação deve estar em “bem definir o que está

sendo chamado de educação integral e (...) o que é uma concepção democrática de educação integral (...).”

A proposta do *Programa Mais Educação* enquadra-se num modelo de educação integral pelo qual se buscam apoios e parcerias com agentes externos às unidades escolares. Nesse sentido, é possível entender que a educação integral não é obra apenas da escola, ainda que esta esteja no centro do processo. Segundo Cavaliere (2013), os documentos relacionados ao Programa reforçam a responsabilização coletiva da sociedade pela educação dos sujeitos. Ela entende que esse significado poderá ou não ser incorporado à noção de educação integral, dependendo da plasticidade do conceito.

O terceiro e último aspecto refere-se ao caráter local e comunitário. A dificuldade encontra-se no fato de que as comunidades que mais necessitam de integração da escola com seu entorno, aquelas que o Programa pretende atingir, são as comunidades de regiões empobrecidas, sem recursos e equipamentos urbanos. A busca por novos espaços e parceiros socioeducacionais que possam integrar a vida escolar torna-se difícil. Para a autora, a estratégia que poderá fazer avançar a ideia de coletividade não deve seguir um padrão, pois depende da realidade das comunidades e dos agentes locais.

### 1.2.1. Programa Mais Educação em Florianópolis

A Secretaria de Educação da capital conta com o apoio da Gerência Administrativa e Financeira e da Diretoria de Ensino Fundamental para o desenvolvimento de programas e projetos educacionais. Cada segmento desempenha seu trabalho com o intuito de tornar a educação do município um referencial de qualidade no atendimento de crianças e jovens.

Em face do contexto contemporâneo, fica cada dia mais evidente a necessidade de organizar políticas públicas educacionais condizentes e consistentes para atender às demandas surgidas nas diversas etapas de modalidades de ensino. Nessa direção, o Município de Florianópolis nos últimos anos, vem reescrevendo as suas políticas com base nas demandas regionais, sempre conduzidas pelas políticas nacionais, na busca da legitimação de sua responsabilidade social.

Dessa forma, os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de sua Diretoria de Educação Fundamental e das 36 Unidades Educativas

de ensino fundamental, trazem como orientação, diretrizes curriculares que considerem a diversidade cultural embutida na realidade educativa das escolas, buscando a inclusão no processo educativo. São passos lentos, porém incisivos na demarcação de caminhos para que se possa reviver o ideal de educação integral preconizado por Anísio Teixeira e outros tantos educadores do Brasil.

Já é possível observar avanços na direção da concretização da política de educação integral, por meio do Programa de Educação Integral, ainda em estágio inicial em Florianópolis. Esse programa está ancorado prioritariamente na política do *Programa Mais Educação*, pensado e financiado pelo Governo Federal. O Programa tem como proposta estabelecer uma parceria com os municípios e estados através de repasse de dinheiro que será usado na educação de jovens e crianças que permanecerão nas escolas ou em ambientes educativos durante cinco dias da semana e sete horas diárias.

Na sequência, apresentamos a Tabela 1 com as unidades educativas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis que foram e continuam sendo contempladas pelo *Programa Mais Educação*. Nessa tabela é possível verificar que a cada ano vem crescendo o número de escolas participantes. Das dezessete unidades que participam do Programa em 2012, oito estão em funcionamento há pelo menos quatro anos.

**Tabela 1** - Unidades Educativas participantes do Programa Mais Educação no Município de Florianópolis.

UNIDADES EDUCATIVAS	2008	2009	2010	2011	2012
EBM Adotiva Liberato Valentim		X	X	X	X
EBM Albertina Madalena Dias					X
EBM Brigadeiro Eduardo Gomes					X
EBM Beatriz de Souza Brito		X			
EBM Dilma Lúcia dos Santos				X	X
EBM Donícia Maria da Costa		X	X	X	X
EBM Henrique Veras					X
EBM Intendente Aricomedes da Silva		X		X	X
EBM José Amaro Cordeiro		X	X	X	X
EBM Luiz Cândido da Luz	X	X	X	X	X
EBM Mancio Costa					X
EBM Maria Conceição Nunes		X	X	X	X
EBM Osmar Cunha					X
EBM Pref. Acácio Garibaldi São Thiago		X	X	X	X
EBM Professor Anísio Teixeira			X	X	X
EBM Vitor Miguel de Souza		X	X	X	X
ED José Jacinto Cardoso		X	X	X	X
ED Osvaldo Galupo			X	X	X
<b>TOTAL ESCOLAS PARTICIPANTES</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>17</b>

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (2012)

Durante estes cinco anos de desenvolvimento do *Programa Mais Educação*, a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis teve como experiência a implantação de atividades pedagógicas em alguns dos macrocampos por meio de atividades realizadas pelas escolas em seus espaços e fora deles. A Tabela 2 a seguir mostra as ofertas formativas do Programa no ano de 2012 na rede de ensino da Capital.

**Tabela 2** – Ofertas formativas do Programa Mais Educação em 2012 no Município de Florianópolis.

MACROCAMPOS		ATIVIDADES	ESCOLAS
1	Acompanhamento Pedagógico	Letramento	15
		Matemática	8
		Campos do Conhecimento	1
		Tecnologias Educacionais	2
2	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Ed. Ambiental e Desenv. Sustentável	5
3	Esporte e Lazer	Tênis de Mesa	1
		Futebol	2
		Recreação e Lazer/Brinquedoteca	7
		Karatê	5
		Futsal	6
		Programa Segundo Tempo - PST	1
		Tênis de Campo	1
4	Direitos Humanos em Educação		0
5	Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Teatro	2
		Danças	10
		Mosaico	1
		Capoeira	7
		Artesanato Popular	2
		Percussão	2
		Banda Fanfarra	1
		Ensino Coletivo de Cordas	1
		Canto Coral	1
		Cineclube	1
6	Cultura Digital	Tecnologias Educacionais	1
7	Promoção da Saúde		0
8	Comunicação e Uso de Mídias	Rádio Escolar	3
		Fotografia	1
		Jornal Escolar	2
9	Investigação no Campo das Ciências da Natureza	Laboratórios, Feiras e Projetos Científicos	2
		Robótica Educacional	1
10	Educação Econômica		0

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (2012)

Quatro atividades são oferecidas no macrocampo Acompanhamento Pedagógico, em que é obrigatória pelo menos uma atividade, e das 17 unidades que desenvolvem o Programa, apenas duas não trabalham com Letramento. Ao todo são oferecidas 26 atividades, o que mostra também que algumas unidades educativas desenvolvem mais de uma atividade neste macrocampo. Depois de Letramento, Matemática é a atividade mais oferecida pelas escolas. Em seguida, aparece a atividade Tecnologias Educacionais, que é oferecida por duas unidades educativas, e por último a atividade Campos do Conhecimento, oferecida por apenas uma escola.

Das dezessete unidades escolares que desenvolvem o *Programa Mais Educação*, apenas cinco oferecem a atividade do macrocampo Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

No macrocampo Esporte e Lazer aparecem cinco atividades ofertadas entre as dezessete escolas do município. Assim, da maior à menor oferta, estão: Recreação e Lazer/Brinquedoteca, Futsal, Karatê, Futebol, Tênis de Mesa, Programa Segundo Tempo – PST, Tênis de Campo, Judô. São 24 ofertas ao todo, sendo que sete unidades oferecem Recreação e Lazer, seis oferecem Futsal e cinco oferecem Karatê. As demais atividades são oferecidas em apenas uma unidade educativa cada uma.

Onze atividades aparecem no macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial. Observa-se que a maioria (dez) das dezessete unidades educativas que participam do Programa oferta a atividade Danças. Depois aparece a Capoeira com sete ofertas; o Teatro, o Artesanato Popular, a Percussão e o Desenho, com duas ofertas; o Mosaico, a Banda Fanfarra, o Ensino Coletivo de Cordas, o Canto Coral e o Cineclube com uma oferta de cada atividade.

Apenas uma unidade educativa desenvolve a atividades Tecnologias Educacionais do macrocampo Cultura Digital.

As atividades voltadas a Rádio Escolar, Jornal Escolar e Fotografia são ofertadas por três, duas e uma unidades escolares, respectivamente, dentro do macrocampo Comunicação e uso das Mídias.

Três unidades escolares realizam atividades do macrocampo Investigação no Campo das Ciências da Natureza. Duas desenvolvem a atividade Laboratórios, Feiras e Projetos Científicos e uma unidade oferece Robótica Educacional.

É possível constatar que, dos dez macrocampos organizados pelo *Programa Mais Educação*, três não são desenvolvidos no Programa pelas escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis no ano de 2012. São eles: Direitos Humanos em Educação, Promoção da Saúde e Educação Econômica.

Acreditamos que, para a oferta e o desenvolvimento dessas atividades oportunizadas pelo *Programa Mais Educação*, são necessários alguns elementos que devem integrar a organização do trabalho pedagógico das escolas. Alguns deles como, por exemplo, materiais e artefatos pedagógicos, podem ser adquiridos com recursos financeiros advindos do Programa. Outros elementos, como tempo, espaço, formação de professores, participação da comunidade escolar e local, saberes, precisam de planejamento, envolvimento, comprometimento e responsabilidade dos envolvidos com a educação integral.

No próximo tópico serão apresentados conceitos e discussões sobre a organização do trabalho pedagógico no âmbito desta política educativa.

## 2. ELEMENTOS QUE INTEGRAM A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Neste tópico, buscamos discutir, no contexto da educação integral brasileira, sobre alguns elementos que constituem a organização do trabalho pedagógico nas escolas de ensino fundamental, no âmbito do *Programa Mais Educação*. Tendo em vista o amplo conjunto de aspectos que envolvem a ação da escola, consideramos somente os mais diretamente relacionados com a ampliação de jornada escolar. Assim, apresentamos considerações de diferentes autores que estão envolvidos com esse debate.

As discussões sobre uma educação integral para crianças e jovens de escolas públicas não são de hoje. Já no período de 1930 a 1960, Anísio Teixeira implementava algumas escolas de tempo integral no Brasil, como já mencionado anteriormente. Na leitura de suas obras percebemos que ele refletia sobre a necessidade de a criança estudar em tempo integral. Para o autor, a questão da redução do tempo do aluno na escola afetava diretamente a qualidade e o não acesso ao ensino, cultura e lazer (TEIXEIRA, 1999). Era mais do que preciso que se voltasse a ter horários mais amplos para que as escolas se integrassem às comunidades. Portanto, desde a década de 1930, no Brasil, de alguma forma, discute-se uma concepção de jornada ampliada para a escola pública – um desejo político e pedagógico que agora também ganha legitimidade jurídica.

Discorrendo sobre essa temática, Cavaliere (2009) levanta um conjunto de questões e abre uma discussão sobre modelos viáveis e desejáveis para o aumento deste tempo de escola. A autora trata dos formatos organizacionais pelos quais vem se dando a ampliação do tempo diário de permanência das crianças na escola, entendendo-o como o período em que crianças e adolescentes ficam sob a responsabilidade da escola, dentro ou fora de suas dependências. Tempo este que poderá contribuir para qualidade da educação nas escolas públicas brasileiras.

Para a autora (2007), a ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas. A ampliação do tempo pode ser uma forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os sujeitos, pois eles teriam maior exposição às práticas e rotinas da escola. Outra justificativa seria quanto à adequação da escola às novas condições da vida urbana e das famílias. E a última das razões, e que de certa forma engloba as anteriores, seria a ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar.

É de conhecimento geral que a escola fundamental no Brasil, especialmente aquela voltada para as classes populares, sempre foi de tempo parcial, com espaço físico restrito e poucos profissionais. Cavaliere (2009) considera que o incremento desses três aspectos, articulados em um projeto que formule os papéis da escola brasileira em conjunto com outras instituições e outros processos sociais, pode significar o fortalecimento da educação escolar como meio de socialização e difusão cultural. Assim, torna-se importante a preocupação com a fundamentação político-pedagógica da ampliação do tempo e das funções da escola para uma educação integral.

Numa escala local e sintonizada com as orientações sobre esta política em âmbito nacional, a Rede Municipal de Educação de Florianópolis vem desenvolvendo, em algumas unidades educativas de ensino fundamental, desde 2008, o *Programa Mais Educação*, que constitui uma estratégia do governo federal de indução da educação integral como política pública. Para Tilton e Pacheco (*in* MOLL, 2012), projetos dessa natureza dão sustentação à ampliação da jornada escolar de modo a viabilizar para crianças e jovens uma educação em tempo integral verdadeiramente voltada à integralidade do ser humano. Então, essa pode ser uma oportunidade de se discutir e organizar o ensino oferecido pela escola pública fundamental em busca da qualidade.

Na concepção de Cavaliere (2009), os modelos de organização para realizar a ampliação do tempo de escola que vêm se configurando no Brasil podem ser sintetizados em duas vertentes: escola de tempo integral e aluno em tempo integral. A primeira tende a investir em mudanças no interior das unidades escolares, de forma que possam oferecer melhores condições de trabalho pedagógico com a presença de alunos e professores em turno integral. A outra tende a articular instituições e projetos da sociedade que ofereçam atividades aos alunos no turno alternativo ao da escola, utilizando espaços e agentes que não necessariamente os da própria escola.

As experiências do desenvolvimento do *Programa Mais Educação* em escolas municipais de Florianópolis se aproximam do segundo modelo de educação integral proposto por Cavaliere (2009). Como já mencionado anteriormente, o Programa visa à formação, em tempo integral, de alunos da rede pública de ensino básico, através de um conjunto de ações educativas, do fortalecimento da formação cultural de crianças e jovens e da aproximação das escolas com as famílias e as comunidades. Observamos que as atividades e oficinas ofertadas são realizadas em sua grande maioria nos espaços das escolas por agentes comunitários.

Neste segundo modelo de organização apontado por Cavaliere (2009) há uma maior integração entre a escola e sua comunidade. Este trabalho, compartilhado através de parcerias,

imprime, segundo Thiesen (2006), outra dinâmica ao processo pedagógico, estimulando o estabelecimento de corresponsabilidades e, dessa forma, ampliando o nível de comprometimento coletivo com os resultados.

Como cada unidade escolar apresenta estrutura física e pessoal diferente, é necessário que cada uma tenha sua organização pedagógica planejada de acordo com seu PPP. As atividades educativas, culturais e desportivas ofertadas pelo Programa devem estar integradas ao projeto de forma a contribuir com os conteúdos curriculares e para uma educação integral de qualidade. Acredita-se que a ampliação do tempo das crianças e jovens na escola demanda diferentes aspectos e elementos que contribuirão para um aprendizado efetivo.

Para Cavaliere (2009), o aumento do tempo na escola pode significar um aprofundamento e uma diversificação das vivências partilhadas por alunos e professores, o que é benéfico no processo ensino-aprendizagem: “Mas, para isso, o enriquecimento da vida intra-escolar e a estabilidade de seus quadros profissionais são fundamentais”. A fragmentação e inconstância na utilização do tempo a mais, com oferta de atividades desconectadas de um PPP e com agentes despreparados, pode se tornar um mero atendimento extraclasse ou contraturno, podendo ter um sentido limitado ao assistencialismo.

Faz-se necessário, então, a compreensão do tempo escolar, que precisa ser ampliado, qualificado e remodelado. O tempo integral,

[...] permite organizar as atividades escolares segundo métodos adequados do ensinar e do aprender. O contexto escolar, especialmente o destinado às classes populares, tem de ser organizado e forte o suficiente para provocar no aluno uma verdadeira ruptura entre os esquemas mentais ditados por uma cultura prática, oral e visual, em favor de uma cultura escrita e intelectualizada (GIOLO *in* MOLL, 2012, p.99).

Tempo escolar ofertado em quatro ou cinco horas diárias faz com que a escola absorva e ofereça conteúdos mínimos, incapazes de manter relação com o amplo campo do saber acumulado, configurando uma limitação, sob o ângulo do ensino. Sob o aspecto da aprendizagem, não há condições favoráveis para os exercícios, momentos na biblioteca, laboratórios, ou seja, a contrapartida do trabalho que favorece a aprendizagem é efetivada fora do contexto escolar, em tarefas extra-classe. O tempo integral permite organizar essas atividades escolares nos ambientes da escola e com orientação de profissionais. (GIOLO *in* MOLL, 2012).

Por outro lado, apenas a presença física do aluno na escola por um tempo determinado não garante uma aprendizagem de qualidade. É necessário garantir o acesso aos recursos materiais e humanos que permitam a apropriação significativa da informação e do conhecimento pelo educando. Nesta perspectiva, segundo Thiesen (2006, p.2), o currículo é

“um instrumento complexo de organização da ação escolar que se materializa em diferentes formas de organização dos tempos e dos espaços pedagógicos”.

Ao ampliar a jornada escolar e promover o diálogo escola-comunidade, a educação integral pode ajudar a unir currículo e vida. De acordo com o documento *Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada* (CECIP), realizado pela Secretaria de Educação Básica do MEC e organizado pela autora Jaqueline Moll (2011, p.15), “um currículo significativo é aquele que faz sentido para os estudantes e que é relevante, porque produz aprendizagens que causam impacto na vida em comunidade ou na vida de toda a cidade”. Uma forma de dar significado ao currículo que já existe é fazer com que os alunos compreendam as relações entre as diferentes disciplinas e mostrar como o conhecimento que constroem na escola e em outros espaços sociais pode ter aplicação imediata no seu dia-a-dia.

Conforme Thiesen (2011), a organização curricular da escola contemporânea reflete uma trajetória histórica e as categorias de tempo e espaço estão na base dessa organização, sendo, assim, elementos fundamentais da dinâmica que orienta as rotinas escolares. Podemos entender, então, que os conceitos de tempo e espaço são categorias estruturantes do campo do currículo e das ações pedagógicas da escola que precisam ser ressignificadas para uma educação integral.

Vivemos num tempo de profundas transformações no que diz respeito ao desenvolvimento acelerado da produção da informação e do conhecimento, associado ao uso das novas tecnologias da comunicação. Essa situação exige a necessidade da ressignificação dos conceitos de espaço, de tempo e de escola. Embora a sala de aula e a organização dos tempos pedagógicos continuem sendo relevantes para o desenvolvimento das atividades, o processo do ensinar e do aprender não está necessariamente e exclusivamente condicionado a este ambiente num tempo determinado pelo currículo oficial (THIESEN, 2006).

Neste novo cenário, o importante é garantir o acesso aos recursos instrumentais, sejam eles materiais e/ou humanos, que permitam a apropriação significativa da informação e do conhecimento pelo sujeito. Dessa forma, segundo Thiesen (2006, p.2), o espaço e o tempo de aprendizagem passam a “ser essencialmente o da interação entre o aprendiz e as diferentes formas de comunicação e de aproximação com o objeto/sujeito de conhecimento”.

Fundamentado em reflexões sobre os tempos e os espaços da escola, Thiesen (2006) aponta para a proposição de um currículo integral, dinâmico e flexível para escola pública. De acordo com ele, a escola deve se constituir como processo de vivência e por isso sua organização deve considerar a pluralidade de vozes, de concepções, de experiências, de ritmos, de culturas, de interesses.

O que o autor propõe é a ampliação das oportunidades de aprendizagem através de um currículo mais integral. Um currículo que possibilite a ampliação das atuais quatro horas diárias de permanência da criança na escola e no qual esteja presente um conjunto de atividades de aprendizagem contemplando interdisciplinarmente os diferentes campos da ciência, da arte, da tecnologia, do lúdico, do esporte e da linguagem. Para Thiesen (2006), “a proposta é superar a concepção ainda corrente que agrega ao currículo atividades de natureza extracurricular, atividades complementares ou ainda a conhecida parte diversificada”.

Também Moll aborda este debate quando afirma que, além da necessária ampliação do tempo diário de escola,

[...] coloca-se o desafio da qualidade desse tempo, que, necessariamente, deverá constituir-se como um tempo reinventado que compreendendo os ciclos, as linguagens, os desejos das infâncias e juventudes que acolha, modifique assimetrias e esterilidades que ainda são encontradas na prática pedagógica escolar (MOLL, 2012, p.28-29).

Trata-se, então, de ampliar a jornada escolar, garantir aprendizagens e organizar os tempos e espaços, superando o caráter discursivo e abstrato predominante nas práticas escolares.

Nesta ótica, faz-se necessário uma nova construção curricular, podendo ter como base três aspectos apontados por Thiesen (2006): a integração como princípio de organização pedagógica da escola; a flexibilidade como dinâmica da produção da matriz curricular; e a interdisciplinaridade como concepção para o trabalho pedagógico dos educadores.

Julgamos importante citar, aqui, novamente Thiesen (2006), autor que defende que “a ideia de um currículo integrador contém em seu núcleo o princípio da unidade na diversidade”. Acredita-se que é na diversidade das ações escolares em torno de eixos programáticos que a escola produzirá sua unidade enquanto proposta pedagógica. Essa dinâmica permitirá que a ação escolar favoreça o trabalho coletivo e estimule a superação da fragmentação das disciplinas e dos conteúdos escolares convencionais.

A proposta pedagógica da escola, a partir de seus objetivos, integrará os eixos programáticos constituindo seu currículo pleno. Esses eixos terão como matriz de referência os campos de conhecimento ou as diferentes áreas da atividade humana. Dessa forma, os eixos estruturantes, de caráter permanente, darão o sentido de unidade ao currículo e as atividades terão um caráter mais dinâmico, atendendo a realidade local e os tempos definidos de acordo com seus objetivos.

A flexibilidade no desenvolvimento das atividades em torno dos eixos possibilita também que a escola dinamize os espaços de aprendizagem para a criança. Assim, a escola

pode buscar outros espaços e estabelecer parcerias com outros setores, seja do poder público seja da sociedade civil. Outra possibilidade é reinventar seus próprios espaços, criando ambientes mais confortáveis, atraentes e aconchegantes.

Esta lógica, apresentada por Thiesen (2006), parte da ideia de um currículo em processo, em que a ação da escola tende a acompanhar o movimento da realidade centrando seu processo pedagógico nas diferentes formas de apreensão do real e não na simples transmissão do conteúdo escolar.

Manifestando-se sobre o assunto, Padilha (2012) vislumbra uma educação integral que procura criar interações, nas práticas cotidianas, entre arte e ciência, razão e emoção, escola e comunidade, espaços e tempos, realidade e utopia, teoria e prática, superando dicotomias históricas. Entretanto, segundo o autor, ainda se observa grande dificuldade de incorporar ao currículo da escola tais aprendizagens e construir pontes entre elas. Principalmente quando se trata de aprender com a cultura popular e com as iniciativas das comunidades às quais pertencem.

Dessa forma, no contexto da educação integral, com relações e dinâmicas tão diferentes, emergem novas formas de ensinar e aprender, alterando os modelos cristalizados pela escola tradicional. Faz-se necessário buscar a superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento, recuperando o caráter de unidade, de síntese, de totalidade e de integração dos saberes.

A interdisciplinaridade, como um movimento contemporâneo, assume uma concepção mais integradora, dialética e totalizadora do conhecimento e da prática pedagógica. No entendimento de Thiesen (2007), ela é um importante fenômeno de articulação do processo ensino-aprendizagem que pode transformar profundamente a qualidade da educação escolar por intermédio de seus processos de ensino.

Na sala de aula ou em outros ambientes de aprendizagem, o enfoque interdisciplinar possibilita uma formação mais crítica, criativa e responsável, aprofundando a compreensão da relação entre teoria e prática, aproximando o sujeito de sua realidade e auxiliando os aprendizes na compreensão das complexas redes conceituais (THIESEN, 2007).

Esta abordagem interdisciplinar é um movimento importante de articulação entre o ensinar e o aprender. Para Thiesen (2007, p.99), ela tem a “potencialidade de auxiliar os educadores as escolas na ressignificação do trabalho pedagógico em termos de currículo, de métodos, de conteúdos, de avaliação e inclusive nas formas de organização dos ambientes para a aprendizagem”.

Também Anísio Teixeira (1999) já apontava ser necessário oferecer aos alunos um programa completo das disciplinas curriculares (“matérias do núcleo comum”), mais oficinas, desenho, música, dança, teatro e educação física, além de oferecer saúde e alimentação. Assim, a escola estaria voltada à formação integral dos alunos, dando-lhes a oportunidade de desenvolverem diversas habilidades nas mais variadas atividades de estudo, de trabalho, de vida social e de recreação e jogos.

A escola de educação integral, na percepção de Anísio, deveria ser um retrato da vida em sociedade, com suas atividades diversificadas. Além de preparar para vida, deveria preparar de forma crítica, levando ao aluno a consciência da importância que tem na sociedade, sabendo ser democrático e sempre voltado ao trabalho e ao progresso dessa sociedade (TEIXEIRA, 1999).

Em conformidade com Cavaliere (2007), além de definições curriculares compatíveis, toda uma infraestrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas à alimentação, higiene, saúde, cultura, arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. Essas atividades cooperativas e conjuntas levam efetivamente ao conhecimento, pois a aprendizagem é indireta e se dá através de um meio social. Assim, o tempo a mais deve ser entendido como uma oportunidade de outra qualidade de experiência escolar.

A escola de tempo integral necessita ainda de um profissional de tempo integral, pois, atualmente, o que ocorre é que o tempo do aprendizado do aluno acontece fora da escola, no tempo em que ele deveria estar neste espaço construindo outras relações, com o auxílio e orientação do professor. O contexto do tempo integral coloca o professor neste processo, com ou sem monitor, complementando a aula. Ainda segundo Giolo (*in* MOLL, 2012), para solidificar tudo isso, é fundamental que haja investimento em espaço, formação continuada, promoção de concurso de ingresso, garantia de piso salarial adequado.

Pelas experiências que temos observado, a maioria dos profissionais atuantes na educação integral vivencia e promove o tempo escolar dividido em dois turnos antagônicos: um período dedicado aos conteúdos escolares formais e o outro voltado a atividades mais lúdicas e prazerosas, nas áreas do esporte, da cultura e do lazer.

Externando sua opinião sobre o assunto, Mamede (*in* MOLL, 2012) situa as dificuldades e limitações na forma de compreender e organizar o tempo escolar estendido considerando dois fatores. O primeiro diz respeito ao fato de que predomina, na cultura escolar brasileira, a jornada de apenas quatro horas diárias, com uma concepção de ensino e

aprendizagem centrada na rigidez e na quantificação de conteúdos trabalhados. Para a autora, a ampliação da jornada escolar impõe aos profissionais não somente a necessidade de incluir atividades a mais, em horas diárias a mais, como também a urgência de rever o tempo escolar em sua totalidade, situando-o em outras concepções de educação, de ensino, de currículo (MOLL *in* MAMEDE, 2012).

O outro fator apresentado por Mamede (*in* MOLL, 2012) refere-se às características estruturais do sistema educacional e da escola. De fato, na perspectiva de uma educação integral de qualidade, as condições estruturais dos espaços físicos e dos recursos materiais, o suporte para as ações em espaços diversos da cidade, a qualificação e a valorização dos profissionais são fatores indispensáveis.

Desse modo, acreditamos ser necessário o enriquecimento e a ampliação de reflexões, debates e ações no campo da educação integral através da formação dos profissionais envolvidos. O estudo e a troca de experiências são fundamentais para a qualificação e o crescimento profissional que refletirão nas necessárias mudanças da prática pedagógica que a educação integral exige.

A educação integral desafia os educadores e gestores a uma nova postura profissional, que precisa ser construída pouco a pouco, em processos formativos permanentes. As discussões sobre essa concepção educacional são fundamentais para que cheguemos a espaços de consenso cada vez maiores a respeito do modo de organizar o trabalho pedagógico da melhor maneira a fim de atender de forma integral o sujeito, o aluno. Para isso, é importante também o profissional de tempo integral em exercício efetivo na comunidade em que está inserido, porque assim, ele participará de todo processo educativo, podendo avaliar e propor mudanças nas ações desenvolvidas.

Acredita-se que, quando gestores escolares, professores e demais profissionais envolvidos no trabalho de uma escola possuem uma visão de educação que ultrapassa os seus muros, tornam-se agentes de ações que procuram superar as desigualdades sociais e visam uma formação integral de qualidade. De acordo com os documentos da *Série Mais Educação*, os profissionais da educação devem se apaixonar pelo que descobrem ser possível fazer, reinventando continuamente sua relação com os alunos, com o mundo, com os conteúdos curriculares e com as possibilidades que existem além do espaço da sala de aula.

Segundo Thiesen (2006), é importante, também, a superação de alguns desafios, tanto no plano conceitual quanto gerencial, para que as escolas caminhem em direção a um currículo mais integral, dinâmico e flexível. As fragilidades no plano teórico são evidentes, mesmo que os sistemas venham investindo em formação inicial e continuada dos professores.

Para o autor, há que se repensar as formas de capacitação. Esta nova organização curricular para uma educação integral exige dos educadores uma boa compreensão dos fenômenos educativos para que se tornem agentes do processo.

Neste sentido, Padilha (2012) também dá sua contribuição ao afirmar que, para viabilizar a educação integral, exige-se trabalhar com a formação continuada dos sujeitos, compondo certa harmonia em torno do projeto que se quer construir com recursos e condições humanas, financeiras e materiais concretos. Ainda segundo ele, a comunicação, a transparência, a veiculação de informação são necessários para dar visibilidade ao que se pretende fazer e ao que se está fazendo em relação à educação valorizando, desta forma, cada sujeito do processo.

Outro desafio, este no plano gerencial, está na vontade política e na capacidade técnica da equipe gestora em nível de sistema, instância formuladora e estimuladora das políticas educacionais. Para qualquer mudança de base curricular é fundamental a participação dos gestores, tanto no nível dos sistemas quanto das escolas. Os gestores escolares são responsáveis por toda a coordenação do processo pedagógico e pela articulação da instituição com outras instâncias da sociedade (THIESEN, 2006).

A educação integral depende de um projeto coletivo bem elaborado, que aproxima cuidadosamente Estado e sociedade civil, o que depende de decisão democrática e participativa, de criticar e acreditar que, pelas ações de cada parte, o que se faz na educação e na sociedade pode ser sempre melhor realizado. Assim, a valorização das redes de aprendizagem e dos múltiplos espaços em que a educação acontece são características dessa educação (PADILHA, 2012).

Juares Thiesen (2006) contribui significativamente para a compreensão de uma nova organização do trabalho pedagógico de escolas em tempo integral. Ele afirma que

O caminho para a consolidação de um currículo mais integrado que incorpore novos conceitos de tempo e espaço no processo de organização das ações pedagógicas em vista da apropriação cada vez mais significativa de conhecimentos, passa necessariamente pela re-significação do conceito de escola, de currículo, de aprendizagem e sobretudo de gestão.

Para um processo de educação integral, segundo Padilha (2012), exige-se uma organização curricular compatível com esse tipo de proposta, necessitando a discussão sobre seu significado e sua complexidade. É preciso ter clareza quanto aos conhecimentos que devem ser ensinados, sobre o que deve ser ensinado, por que ensinar este ou aquele conhecimento e, o mais importante, o que deve ser aprendido e por que aprendê-lo. Afinal,

para o autor, currículo escolar é praticamente tudo o que se passa na escola, significa percurso da escola.

É perceptível que ainda existe um desencontro entre a escola, tal como ela é, e crianças e jovens das classes populares. Grande parte dos jovens que está cursando o ensino fundamental público não tem um vínculo forte com a instituição de ensino. Em muitos casos, o trabalho exerce sobre eles e suas famílias uma atração mais forte do que a exercida pela escola que lhes é oferecida.

Outro aspecto a ser ressaltado é o de que, nesta primeira década do século 21, muitos alunos têm pais e avós com percursos escolares curtos. A escola, empobrecida e burocratizada, não oferece algo desafiador às crianças e aos jovens e acaba perdendo-os para outros chamamentos da vida cotidiana (CAVALIERE, 2009). Para Cavaliere (2007, p.1020), “caso a escola de tempo integral apenas reproduza a escola convencional, o efeito será a potencialização dos problemas de inadaptação”.

A cultura da escola de longa duração está em processo de construção na sociedade, ainda se tem poucas experiências das sucessivas gerações nas instituições públicas. Segundo Cavaliere (2009), é necessário que haja um enriquecimento da vida cultural da escola e, conseqüentemente, das possibilidades de mudanças de suas práticas. Acredita-se que os programas de ampliação de tempo e das funções escolares podem contribuir para essa transformação. Mas é imprescindível que o ato educativo intencional esteja garantido no projeto político-pedagógico da escola.

Dessa forma, o aumento do tempo pode significar um aprofundamento de experiências cotidianas partilhadas por alunos e professores. Para isso, é fundamental também o enriquecimento da vida intraescolar e a estabilidade de seus quadros profissionais. Cavaliere (2009) alerta que a oferta de atividades em vários locais e com agentes sem a preparação adequada pode transformar as ações pedagógicas em mero atendimento com sentido assistencialista, tornando as atividades desconectadas de um currículo integral.

Numa concepção democrática, a escola de tempo integral pode cumprir um papel emancipatório, garantindo um melhor desempenho em relação aos saberes escolares: “O tempo integral seria um meio a proporcionar uma educação mais efetiva do ponto de vista cultural, com o aprofundamento dos conhecimentos, do espírito crítico e das vivências democráticas” (CAVALIERE, 2007, p.1029).

Fundamentado em seus estudos, Ventura (2011) afirma que, uma vez que se pretende que as novas gerações construam vivências sociais mais democráticas, é preciso construir experiências democratizantes na escola, para que elas extrapolem o espaço escolar e invadam

todos os espaços sociais. E para que isso ocorra, considera-se importante a criação de mecanismos de debates e decisões colegiadas no espaço escolar e nas redes de ensino. Desta forma, estarão se abrindo espaços para participação deliberativa de todos os atores sociais presentes no espaço escolar.

A gestão democrática está presente na legislação educacional desde 1988, com a Constituição Federal, mas ainda nos falta uma cultura democrática, a participação ativa, responsável e deliberativa para implementá-la na prática. Cabe aos educadores a elaboração de uma proposta pedagógica e cabe à comunidade acompanhar a execução desse projeto.

A legislação educacional prevê e incentiva a criação de momentos e espaços democratizados na escola possibilitando a construção de uma gestão escolar compartilhada. Mas Ventura (2011) propõe a descentralização dessa gestão a partir da construção coletiva de projetos institucionais, havendo uma participação efetiva à qual chama de intervenção deliberativa. Nas suas palavras: “Somente na deliberação haverá igualdade na decisão conjunta, uma vez que o poder é partilhado com os atores envolvidos no processo” (VENTURA, 2011, p.46).

Nesta forma de trabalho coletivo, a participação deliberativa legitima o direito dos sujeitos a determinarem o seu destino e ao mesmo tempo responsabiliza-os, tornando-os cúmplices na coletividade. Para Ventura (2011), a escola deve passar a ter um modo de funcionamento mais dinâmico e para isso é preciso ancorar a gestão escolar no seguinte tripé: descentralização, compartilhamento e deliberação coletiva.

Segundo o autor citado, a gestão escolar compartilhada pressupõe que este tripé

[...] sirva de fundamento para as mais variadas metodologias de projetos institucionais coletivos como o Projeto Político Pedagógico, Planejamento Estratégico Situacional Escolar, Planejamento de Curso Articulado, assim como sustentar momentos deliberativos da instituição como conselhos de classe, conselho de alunos, conselho escolar, conselho gestor e instrumentos de gestão democrática (VENTURA, 2011, p.49).

Descentralizar, compartilhar e deliberar coletivamente, são estes os elementos que devem orientar a construção dos projetos da escola, sejam eles planejamentos administrativos ou pedagógicos.

Vivemos num momento histórico em que a educação integral é mais do que uma intenção, ela traduz-se em políticas públicas e práticas educativas que redesenham relações entre diferentes instituições e agentes educativos. Para Títton e Pacheco (*in* MOLL, 2012), essas novas relações entre o ensinar e o aprender vêm demandando, também, outras mediações para a convivência e para a almejada transformação do currículo escolar.

As escolas que vivenciam a educação integral, através do *Programa Mais Educação* ou outros projetos escolares, apresentam transformações nas suas relações com a comunidade. Diversos são os fatores que impulsionam tais mudanças: a jornada ampliada, os diferentes perfis dos educadores comunitários (oficineiros, monitores), as atividades ofertadas (oficinas), o comportamento dos alunos.

Com base em suas análises, Tilton e Pacheco (*in* MOLL, 2012) acreditam que o significativo desafio das comunidades está em compreender e vivenciar a centralidade da escola nos projetos de educação integral, sem que, com isso, ela enquadre todas as diferentes experiências na sua formalidade institucional. Para eles:

Distintos saberes precisam conviver sem perder as características que lhes tornam peculiares e, ao mesmo tempo, permitir interfaces entre si. É no conjunto, e não individualmente, que essas experiências e esses saberes fazem a diferença e vêm ao encontro da formação integral do sujeito (TITTON e PACHECO *in* MOLL, 2012, p. 105).

Assim, a perspectiva da educação integral implica superar dicotomias presentes no currículo escolar, tais como formal e não formal, curricular e extracurricular, turno e contraturno. Repensar a hierarquia e a fragmentação do conhecimento é um desafio histórico que pode ser superado através da territorialização, da intersetorialidade e dos arranjos educativos locais enquanto princípios das políticas públicas educacionais que ora se estabelecem (TITTON E PACHECO *in* MOLL, 2012).

A possibilidade de conviver e aprender com a diversidade, de participar e de intervir na sociedade devem permear e transcender os currículos escolares. Segundo as autoras citadas, essa concepção renovada de aprendizagem, no âmbito da educação integral, possibilita uma melhoria na qualidade das aprendizagens formais e das possibilidades de estabelecimento de relações dos conhecimentos com a vida diária dos estudantes.

Neste sentido, a centralidade da escola deve favorecer o encontro entre todos os agentes sociais que intervêm na educação das crianças e dos jovens, prevendo disposição para o diálogo e para a construção de um projeto coletivo de uma educação integral integrada. Para Tilton e Pacheco (*in* MOLL, 2012, p.151), essa perspectiva “valoriza a pluralidade de saberes e reconhece distintas formas de conhecimento e suas expressões no mundo contemporâneo, contribuindo para a construção de um projeto de sociedade democrática”.

Na visão de Paro (2000), é preciso estar atento à importância social da educação para um ensino de qualidade oferecido pela escola pública fundamental. Entendendo a educação como atualização histórica do homem e condição imprescindível para que ele construa sua

própria humanidade historicosocial, o autor acredita que a escola deva pautar-se pela realização de objetivos numa dupla dimensão: individual e social.

A dimensão individual está relacionada ao provimento do saber necessário ao autodesenvolvimento do educando, dando-lhe condições de realizar seu bem-estar pessoal e usufruir dos bens sociais e culturais. A outra dimensão está ligada à formação do cidadão, tendo em vista sua contribuição para a sociedade, a partir de valores construídos historicamente. Esta dimensão sintetiza-se na educação para a democracia (PARO, 2000).

A escola pública, lugar supostamente privilegiado do diálogo e do desenvolvimento crítico das consciências, deve propiciar, no ensino fundamental, uma formação democrática que, ao proporcionar valores e conhecimentos, capacite e encoraje seus alunos a exercerem ativamente sua cidadania na construção de uma sociedade melhor e para seu viver bem. Assim, Paro (2000) considera fundamental, para reflexão de políticas públicas voltadas para a escola fundamental, a necessidade de um dimensionamento do conceito de qualidade do ensino fundamental; a relevância social da educação para democracia como função da escola pública; a importância de se considerar as ações da escola na formulação de políticas educacionais; e o papel estratégico da estrutura didática e administrativa na realização das funções da escola.

Na organização do trabalho pedagógico no âmbito de uma educação integral, quando a criança e o jovem permanecem mais tempo em formação sob a responsabilidade da escola, é importante que todos os sujeitos envolvidos participem efetivamente do processo ensino-aprendizagem. As instituições escolares precisam reconfigurar estes elementos do processo pedagógico, tanto em termos de conteúdo quanto de forma, para uma educação de qualidade e democrática. Entende-se que o processo pode ser lento, mas é necessário.

No tópico a seguir, veremos como vem se desenvolvendo o trabalho pedagógico em algumas escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis no âmbito do *Programa Mais Educação* como uma proposta de educação integral.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS QUE DESENVOLVEM O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO**

No contexto da educação integral no Brasil e, mais especificamente, do desenvolvimento do *Programa Mais Educação*, vêm se apresentando mudanças no trabalho pedagógico das escolas. Na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis também não é diferente. Assim, neste tópico, buscamos caracterizar o trabalho pedagógico nas escolas municipais através de análises de questionário, relatórios e outros documentos.

O questionário, aplicado aos diretores e/ou aos coordenadores do *Programa Mais Educação* em escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, parte integrante desta pesquisa desenvolvida no Curso de Especialização em Educação Integral da UFSC, teve como objetivo conhecer a organização do trabalho pedagógico das escolas que desenvolvem o Programa.

Para tanto, apresentamos, no instrumento de pesquisa aplicado, um conjunto de elementos que, entendemos, constituem a organização do trabalho pedagógico do *Programa Mais Educação*, quais sejam: espaços e tempos, relação escola e comunidade, gestão, sujeitos envolvidos, conteúdos trabalhados, didática, currículo formal, cultura, formação e projeto político pedagógico. Tendo em vista que o *Programa Mais Educação* objetiva, dentre outros aspectos, a indução para uma escola integral, sua implantação exige que as instituições escolares reconfigurem esses elementos do processo pedagógico, tanto em termos de conteúdo quanto de forma.

Assim sendo, buscamos saber o que vem mudando nas escolas após a implantação do *Programa Mais Educação* em cada um dos aspectos elencados. Os diretores e/ou coordenadores do Programa deveriam apontar, em especial, os elementos de mudança que são decorrentes da implantação do Programa em sua unidade educativa. O questionário foi apresentado de forma aberta, possibilitando aos respondentes descrever o trabalho pedagógico conforme é realizado em sua escola.

Das dezessete escolas participantes da pesquisa, oito responderam ao questionário. Desta forma, pudemos conhecer, com algum detalhamento, o trabalho pedagógico nas unidades que desenvolvem o Programa, especialmente o que vem mudando em relação aos elementos apresentados. Passamos, então, à descrição e análise dos elementos na ordem em que aparecem no formulário de pesquisa.

De acordo com o relato dos respondentes, observamos, sobre os aspectos *espaços e tempos*, que houve relativo aumento das oportunidades de aprendizagem, apesar das restrições quanto aos espaços. As escolas sentiram a necessidade de fazer ajustes na utilização dos espaços e tempos. Algumas escolas disponibilizaram salas específicas para a realização de algumas oficinas, mas a maioria precisou também organizar e otimizar o uso de outros espaços, como auditório, sala de artes, sala informatizada, pátio, refeitório, quadra, ginásio, brinquedoteca, parque, horta escolar, laboratório de ciências. O *Programa Mais Educação* tem oportunizado às escolas equiparem os espaços com materiais e mobiliários qualificando o cotidiano escolar. Os alunos envolvidos estão sete horas diárias, durante cinco dias por semana, na unidade educativa.

Considerando que a discussão sobre a concepção de educação integral é recente e que as ações da política dela decorrentes ainda estão em fase inicial, observamos que grande parte das atividades ainda está concentrada no espaço da escola. O desafio está em como prever uma dinâmica em que as atividades não estejam fixadas à estrutura formal da escola, mas que possam se valer de outras referências culturais que a escola representa, como importante espaço de produção coletiva de conhecimento (TITTON e PACHECO *in* MOLL, 2012).

Os elementos construídos na *relação escola e comunidade* que aparecem na pesquisa são: aproximação das famílias com a escola, melhoria do diálogo com a escola, apoio da comunidade com o trabalho, presença de monitores/oficineiros da comunidade local, interesse dos pais na participação dos filhos, parceria com o Conselho Comunitário, parceria com osicineiros.

Este aspecto do trabalho pedagógico aparece como um grande avanço, visto que o *Programa Mais Educação* visa à formação em tempo integral de alunos, promovendo a aproximação das escolas com as famílias e as comunidades. Acreditamos que, ao promover o diálogo escola-comunidade, a educação integral pode contribuir para construção de um currículo significativo, em que o conhecimento escolar tem relações com a vida dos sujeitos. Observamos que nas experiências do município de Florianópolis, segundo o modelo de organização de “aluno em tempo integral” apontado por Cavaliere (2009), a ampliação do tempo de escola possibilita uma maior integração entre as escolas e suas comunidades.

Na ótica dos sujeitos pesquisados, após a implementação do *Programa Mais Educação* nestas unidades educativas, os aspectos que ganharam maior destaque na questão da *gestão escolar* foram: ampliação da gestão democrática e participativa; Associação de Pais e Professores (APP) mais atuante; implantação do tempo integral; inclusão de crianças com

necessidades especiais; ação coletiva envolvendo Posto de Saúde e Sala Multimeios; recursos financeiros para aquisições; e melhorias dos espaços e das atividades pedagógicas.

Sabemos, pela literatura, que uma educação integral requer uma gestão democrática que exige uma organização didático-pedagógica e uma determinada estrutura administrativa da escola, como condição para viabilização de potencialidades de transformação em prol de uma educação de qualidade. O papel fundamental dos gestores deve ser o de promover o debate através de ampla participação, para a construção de um entendimento de educação enquanto compromisso coletivo.

Os participantes da pesquisa revelam que os *sujeitos envolvidos* nessa proposta de escola apresentam modificações no sentido de estarem participando de forma prazerosa das atividades desenvolvidas, tendo maior compromisso com o espaço físico das unidades. Uma das escolas pesquisadas percebeu a diminuição da evasão e da repetência escolar após iniciar o trabalho com o *Programa Mais Educação*. Para algumas escolas, o envolvimento modificou o olhar dos professores em relação a cada aluno e cada família, e desse modo eles observam mais suas qualidades e habilidades fora de sala de aula. Foi relatado também que o envolvimento e a visão sobre o Programa vêm sendo ampliados a cada dia.

A partir destas realidades e da fundamentação teórica apresentada no tópico dois (2), verificamos que a educação integral realmente pode proporcionar maior envolvimento entre os sujeitos. O aprofundamento das experiências cotidianas partilhadas por alunos e professores pode qualificar o processo ensino-aprendizagem.

Analisando os registros dos respondentes, foi possível perceber que a modificação nos conteúdos curriculares e/ou na forma de trabalho com esses conhecimentos/saberes estão ocorrendo gradativamente. Os *conteúdos trabalhados* nas oficinas, na sua maioria com alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem, são desenvolvidos de forma diferenciada, mais lúdica e criativa. É trabalhada principalmente a leitura, a escrita e o cálculo. Em uma das escolas, relatou-se que as oficinas desenvolvem seus objetivos a partir das necessidades apresentadas pelos alunos em sala de aula. Em outra unidade, o respondente registrou que o trabalho com monitores/oficineiros não permite planejamento coletivo devido ao pouco tempo que eles permanecem no espaço escolar, pelo fato de serem voluntários, que dificulta mudanças nos conteúdos trabalhados.

Este aspecto do trabalho pedagógico torna-se um desafio para a educação integral, visto que os conteúdos trabalhados de forma diferenciada, nas oficinas do Programa, não abrangem todas as áreas do conhecimento e não beneficiam todos os alunos da escola, apenas aqueles que participam do *Programa Mais Educação*. Outra questão a ser considerada é a de

que os monitores que desenvolvem essas atividades não participam integralmente das atividades da escola, vivenciam apenas o tempo escolar dividido em turnos.

Em relação ao aspecto da *didática*, observamos, nas respostas ao questionário, que o programa possibilita o desenvolvimento das atividades de forma mais prazerosa e lúdica e que há mais participação dos alunos. Há maior oportunidade de se trabalhar e discutir sobre o corpo e o movimento, possibilitando mudanças na organização da sala de aula, nas interações com os estudantes. Acreditamos que haja maior aproximação com a realidade das crianças no desenvolvimento das atividades oportunizadas pelo programa.

Esta forma de trabalho, integrada ao Projeto Político Pedagógico da escola, pode contribuir com os conteúdos curriculares associados à vida e à realidade dos alunos. Assim, a compreensão das relações entre as diferentes disciplinas e a construção do conhecimento na escola ou em outros espaços sociais pode ter maior significado e aplicação no dia-a-dia das crianças e dos jovens. Entretanto, o que vem acontecendo é a divisão do trabalho pedagógico em turnos, sendo um período dedicado aos conteúdos escolares formais e o outro voltado a atividades mais lúdicas.

Percebemos, pela pesquisa empírica que, entre os focos das discussões sobre educação integral, nestas escolas que desenvolvem o *Programa Mais Educação*, está o *currículo*. As escolas pretendem avançar na forma de trabalhar a educação integral e, por essa razão, estão procurando orientações e fundamentações para os debates que estão se iniciando. Há uma preocupação com a qualificação do fazer pedagógico. Apenas uma escola disse que não há debate sobre o currículo formal e que ainda não foram realizadas modificações nos projetos e planos curriculares da unidade.

No âmbito da educação integral, faz-se necessária a organização curricular de forma a garantir um currículo integrador, havendo diálogo entre as diferentes disciplinas e oficinas oferecidas pelo Programa. As ações escolares devem favorecer o trabalho coletivo e estimular a superação da fragmentação das disciplinas e dos conteúdos escolares convencionais. E a partir de seus objetivos, a proposta pedagógica da escola integrará os eixos programáticos constituindo seu currículo pleno.

Sobre o aspecto da *cultura*, algumas escolas já procuravam desenvolver atividades que valorizam os saberes locais e comunitários, mas acreditam que, com o Programa, há uma abertura maior para receber manifestações da cultura local, regional ou global. Em seus trabalhos pedagógicos, procuram estimular a valorização e o respeito à diversidade cultural de cada sujeito envolvido.

Sob a ótica da educação integral, o fortalecimento da formação cultural é importante para a constituição do sujeito participativo, valorizando a pluralidade de saberes e reconhecendo as distintas formas de conhecimento e suas expressões. A democratização do acesso à cultura e a ampliação do repertório cultural de estudantes, professores e comunidades escolares do ensino básico, através de diferentes atividades desenvolvidas, contribuem para um aprendizado de qualidade, valorizando o sujeito.

Algumas escolas relatam que houve reuniões para implantação do *Programa Mais Educação* no âmbito financeiro, mas em poucos momentos, ocorreram encontros para a socialização entre escolas da Rede Municipal de Ensino. Outras escolas dizem que há assessoramento financeiro e reuniões semestrais com os coordenadores do Programa de cada escola. Uma coordenadora citou a *formação* em nível de Pós-Graduação, oferecida pela UFSC, em parceria com o MEC, e disse que esta é uma oportunidade de socializar discussões na unidade educativa onde trabalha.

Como já abordado no tópico anterior, a educação integral exige uma nova postura profissional que precisa ser construída em processos formativos permanentes. Discussões a esse respeito são fundamentais para organizar o trabalho pedagógico de maneira a atender de modo integral o aluno. Acreditamos que cursos de formação podem vir a ser a forma de reunir diferentes profissionais da educação em processos de interlocuções em que haja momentos de explicitar dúvidas, dificuldades, conflitos, para, a partir daí, criarem-se as buscas de soluções conjuntas.

O último aspecto elencado no questionário foi o *Projeto Político Pedagógico*. Algumas escolas se manifestaram positivamente sobre esta questão, afirmando que o projeto vem sendo modificado em função do *Programa Mais Educação*. Outras relataram que o PPP não foi modificado, mas que já há conversas informais no ambiente escolar a respeito da necessidade de discussões sobre o assunto.

Considerando que o Projeto Político Pedagógico define a identidade da escola e indica caminhos para um ensino de qualidade, é fundamental que a escola que desenvolve o *Programa Mais Educação* integre suas ações. Dessa forma, estará garantindo diretrizes e ações que direcionarão o trabalho na prática escolar.

Em uma das escolas, além de responder ao questionário, o coordenador apresentou seu Projeto de Educação Integral. Este documento foi elaborado em fevereiro de 2013, pela direção, coordenação do *Programa Mais Educação*, coordenação Pedagógica, professoras auxiliares do Laboratório de Ciências e de Informática, professoras da Sala Multimeios e professoras dos Anos Iniciais da escola.

O documento aponta como objetivo geral: “oportunizar Educação Integral em Jornada Ampliada, prioritariamente, aos alunos aprovados pela Resolução 02/2011 matriculados nos terceiros, quartos e quintos anos do Ensino Fundamental conforme prevê a própria Resolução em um dos seus artigos”. A referida resolução dispõe sobre o processo de avaliação, recuperação, promoção, colegiado de classe e recursos de ato avaliativo para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

O projeto desta escola tem como meta “experimentar o atendimento de forma e tempo integral para progressivamente ampliar aos outros anos do Ensino Fundamental e realizar um currículo integral”. Percebe-se que esse é um exemplo de que as escolas que desenvolvem o *Programa Mais Educação* estão à frente de outras unidades educativas nas discussões sobre educação integral e já estão reformulando e organizando seus projetos educacionais.

Outra escola básica municipal também nos disponibilizou seu Projeto Político Pedagógico. O documento, do ano letivo de 2012, apresenta como objetivo geral:

Construir e desenvolver um trabalho coletivo, num processo democrático de decisões, que envolva todos os membros da comunidade escolar, garantindo os direitos e os deveres preconizados pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo presente os princípios e fins da educação, buscando a consolidação de um PPP, enquanto mecanismo de gestão.

Segundo o projeto, esta unidade educativa, em 2012, atendeu dezoito turmas do Ensino Fundamental – 1º ao 4º ano, sendo dezesseis em período parcial e duas em período integral. Apesar disso, o documento não aborda questões, como ampliação dos tempos e espaços, currículo integrado.

Constatamos, no documento apresentado, que esta escola tem a preocupação com uma gestão democrática em que todos participam e são responsáveis pelas ações pedagógicas. Entretanto, o desenvolvimento do *Programa Mais Educação*, no âmbito de uma educação integral, ainda não aparece integrado ao Projeto Político Pedagógico da escola.

A Diretoria de Ensino Fundamental também participou desta pesquisa, apresentando os relatórios entregues à coordenação do *Programa Mais Educação* na Secretaria Municipal de Educação. Essa coordenação solicita que as escolas apresentem relatórios semestrais referentes ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas nas unidades educativas. Para a construção deles, são sugeridas algumas questões a serem abordadas pelos coordenadores de cada escola.

Do total de 17 escolas que desenvolvem o *Programa Mais Educação*, 14 unidades educativas construíram e apresentaram os relatórios à DEF. Duas unidades educativas não executaram o Programa em 2012, os recursos recebidos do *Programa Mais Educação* –

MEC/FNDE foram reprogramados para a utilização em 2013. E apenas uma unidade não apresentou à Diretoria os relatórios semestrais do ano letivo de 2012.

Das catorze unidades educativas que apresentaram os relatórios do ano letivo de 2012 à Diretoria de Ensino Fundamental, nove produziram os dois relatórios semestrais e cinco unidades apresentaram apenas o relatório referente a um dos semestres.

No relatório semestral apresentam-se: o diagnóstico, os avanços, as dificuldades encontradas, observações sobre a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e sugestões sobre o desenvolvimento das atividades realizadas através do *Programa Mais Educação*. Para o preenchimento do mesmo, a DEF encaminha às coordenações do Programa nas escolas um roteiro de questões por tópicos, com o objetivo de facilitar a construção do relatório e incluírem-se informações importantes à gestão deste Programa.

No primeiro tópico, as escolas apresentam o *diagnóstico*. Nele são abordadas questões, como: planejamento, reuniões realizadas, maneira como as oficinas são articuladas entre si e entre as demais atividades da escola, monitoramento das atividades desenvolvidas, trabalho dosicineiros, participação dosicineiros em outros eventos da escola, participação da comunidade escolar, como e quem define os temas desenvolvidos nas oficinas, avaliação da coordenação sobre oicineiros, qualidade das oficinas, frequência dos estudantes nas oficinas, qualidade e variedade dos cardápios na alimentação dos participantes, acompanhamento do almoço, plano de trabalho dosicineiros, plano de trabalho do coordenador do programa na escola, desenvolvimento das oficinas de letramento.

Outro tópico abordado no relatório diz respeito às *oficinas*. Nele o coordenador do Programa na escola pode detalhar todas as oficinas desenvolvidas e citar osicineiros envolvidos com as atividades, incluindo a grade de horários construída pela escola.

É feito também um relato sobre os *avanços* observados. Nesse tópico são identificados os impactos na aprendizagem, na frequência, na gestão, no desenvolvimento das múltiplas dimensões do desenvolvimento dos estudantes, nas temáticas de relevância desenvolvidas, na articulação entre as oficinas e as demais atividades curriculares, dentre outros aspectos.

A *prestação de contas* é mais um tópico sugerido. Nele devem ser descritas as despesas realizadas e sugerido o que ainda pode ser adquirido para o desenvolvimento do Programa na escola. Faz-se um relatório também sobre as insuficiências.

Em outro tópico são relatadas as principais *dificuldades* encontradas para o alcance dos objetivos e metas. Este relatório pode ser detalhado por eixo: gestão dos recursos, participação dos estudantes, logística operacional, materiais e equipamentos disponíveis ou

adquiridos, locais para o desenvolvimento, competência dosicineiros, impactos no desenvolvimento de competências e habilidades dentre outros.

O último quesito é o que se refere às *sugestões*. Podem ser elencadas sugestões e ainda encaminhamentos para qualificar os resultados e metas no âmbito da escola e sugestões para a melhoria do *Programa Mais Educação* em geral.

Ao efetuar a leitura dos relatórios, foi possível perceber que as escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, que desenvolvem o *Programa Mais Educação*, apresentam diferentes formas de organização do trabalho pedagógico, mas existem algumas similaridades entre elas.

Inicialmente, observamos que as escolas procuram fazer as escolhas dos temas das oficinas de acordo com o interesse e a necessidade da comunidade escolar, aspecto este que leva em consideração a avaliação dos alunos, dos professores, da equipe pedagógica. Para a realização das atividades, procura-se realizar reuniões coletivas de planejamento com a participação dos monitores/oficineiros e do(a) coordenador(a) do *Programa Mais Educação*, mas nem sempre é possível pela falta de tempo dosicineiros na unidade educativa.

O trabalho dos monitores das oficinas é voluntário, eles recebem apenas ressarcimento para alimentação e transporte. Dessa forma, costumam permanecer na escola apenas no horário de suas oficinas. Tal realidade acaba gerando dificuldades em organizar o planejamento coletivo necessário à articulação entre as oficinas, as demais atividades da escola e o currículo formal. A coordenação do Programa na escola realiza reuniões de planejamento e avaliação com os envolvidos, mas nem sempre consegue a participação de todos. De acordo com os relatórios, são desenvolvidas estratégias para que a articulação necessária aconteça com maior frequência.

O Manual Mais Educação é utilizado como forma de orientação para o desenvolvimento do Programa nas escolas. Algumas procuram utilizar também outras bibliografias a fim de fundamentar e proporcionar maiores discussões sobre o assunto.

Os monitores/oficineiros são convidados a participar dos eventos e de outras atividades desenvolvidas pela escola. As participações podem ser como espectadores para conhecer os demais trabalhos da escola e também para apresentar e socializar as produções dos alunos realizadas nas oficinas. As atividades desenvolvidas são divulgadas e socializadas em mural na unidade educativa e no ato da matrícula.

De acordo com os relatórios, algumas escolas, para garantir a qualidade do trabalho pedagógico e a aprendizagem, possibilitam que os estudantes participem de avaliações através

de registros escritos e autoavaliação. Essas avaliações são realizadas diariamente em cada oficina e mensalmente com outros profissionais.

O relatório semestral apresentado à Diretoria de Ensino Fundamental também aponta avanços percebidos com o desenvolvimento do *Programa Mais Educação*: atendimento às famílias, ampliação do tempo escolar; aquisição de materiais educativos para utilização de toda comunidade escolar; desenvolvimento da imaginação e autoestima dos educandos; experimentação de novos sabores e alimentação saudável proporcionados no almoço; utilização de outros espaços educativos; divulgação e socialização dos trabalhos dos alunos; saídas de estudo; participação dos alunos; interesse pela leitura e pelas oficinas de apoio pedagógico; reconhecimento da comunidade escolar; maior atenção às crianças e aos adolescentes; interação entreicineiros e professores na busca da construção da interdisciplinaridade; envolvimento de membros da comunidade no cotidiano da escola; envolvimento de profissionais de outras áreas.

As dificuldades apresentadas em relação ao desenvolvimento do *Programa Mais Educação* são: espaços físicos da escola; ressarcimento dos monitores/oficineiros para o transporte e alimentação; rotatividade de monitor para a atividade de letramento; espaço do refeitório pequeno no momento do almoço; interação e planejamento entre monitores e professores das diferentes áreas; deslocamento das crianças menores para os locais das oficinas quando fora da escola; tempo de trabalho da coordenadora do programa na escola.

Para qualificar e contribuir com o desenvolvimento do *Programa Mais Educação* nas escolas participantes, foram sugeridas algumas modificações: aumento do ressarcimento dos monitores; cursos de capacitação para os monitores; momento para troca de experiências entre as escolas participantes; ampliação dos espaços das unidades escolares; redução do número de alunos por grupo; maior divulgação do trabalho realizado na Rede de Ensino; disponibilidade de 40h para a coordenadora do Programa na escola.

As análises dos questionários e relatórios realizados nas escolas que desenvolvem o *Programa Mais Educação* como uma proposta de educação integral apontam algumas mudanças na organização do trabalho pedagógico. Observamos diferentes elementos decorrentes da implantação do Programa nas unidades educativas.

Desde sua implantação na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, o *Programa Mais Educação* vem oportunizando uma reestruturação nos espaços e tempos das unidades educativas. Cada uma vem pensando e organizando as atividades desenvolvidas de acordo com sua realidade e com os interesses da comunidade escolar. Os coordenadores trabalham a fim de articular da melhor forma as relações educativas, propiciando aos envolvidos mais

interação. Observamos igualmente que a relação entre escola e comunidade vem sendo construída de forma harmônica, com a participação da família e sua aproximação à escola.

Ainda assim, alguns pontos precisam ser repensados, de acordo com a visão de diretores e coordenadores do *Programa Mais Educação* nas escolas. Eles são apresentados na Tabela 3 a seguir:

**Tabela 3** - Dificuldades no desenvolvimento do Programa Mais Educação no Município de Florianópolis

<b>DIFICULDADES</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
Participação de voluntários da comunidade nas oficinas do Programa.	Baixo ressarcimento (transporte e alimentação) dos monitores/oficineiros.
Tempo dos profissionais (professores e monitores/oficineiros) da escola	Falta de tempo na escola para participar das avaliações, planejamento, troca de experiências, momentos de estudo.
Espaço físico da escola	Grande parte das oficinas acontecem na unidade escolar. Não houve ampliação dos espaços para atendimento de mais crianças.
Participação de todos os alunos da escola	As atividades do <i>Programa Mais Educação</i> não são ofertadas para todos os alunos da escola.
Currículo mais integrado	Nem todas as atividades do <i>Programa Mais Educação</i> dialogam com os conteúdos escolares formais. Na sua maioria são atividades de contraturno.

**Fonte:** Próprio autor.

Convém destacar que muito ainda precisa ser modificado em busca da qualidade do ensino público brasileiro no âmbito da educação integral. É preciso que estejamos atentos a questões práticas, vivenciadas no dia-a-dia das escolas com crianças, jovens e professores, para organizar da melhor maneira o trabalho pedagógico, sem obviamente nos descuidarmos do debate teórico.

Entretanto, acreditamos que o *Programa Mais Educação* vem proporcionando mudanças significativas na organização pedagógica das escolas que o desenvolvem. São oportunidades de pensar e planejar uma educação integral nas escolas municipais de Florianópolis. Esta política educacional, que vem induzindo a ampliação da jornada escolar, está impulsionando debates e discussões para uma proposta de educação nacional visando à formação integral do sujeito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio do trabalho de levantamento de informações e da análise dos questionários e demais documentos, foi possível perceber que ocorreram relativas mudanças nas relações entre os diversos agentes educativos nos espaços, tempos e saberes escolares. Alguns desses elementos da organização do trabalho pedagógico revelam que existem avanços significativos e que outros podem ser considerados desafios para educação integral no município de Florianópolis.

Está evidente que há um aumento das oportunidades de aprendizagem à medida que os alunos permanecem mais tempo sob a responsabilidade da escola com o apoio e a aproximação das famílias e da comunidade no desenvolvimento das atividades ofertadas. Outra ação pedagógica importante identificada na pesquisa foi em relação à gestão que se tornou mais participativa e, conseqüentemente, mais democrática.

No conjunto das mudanças, podemos destacar que as atividades desenvolvidas através do *Programa Mais Educação* oportunizaram o envolvimento dos alunos de forma mais prazerosa, tornando-os comprometidos com o espaço físico da escola e que a eles pertence. Os professores passaram a observar e conhecer seus alunos em espaços e momentos diferentes dos de sala de aula, quando o comportamento, muitas vezes, torna-se outro, contribuindo para a avaliação do desenvolvimento de suas qualidades e habilidades.

A forma de se trabalhar os conteúdos escolares nas oficinas relacionadas à leitura, escrita e cálculo mostra-se mais lúdica e criativa, proporcionando avanços no aprendizado. Outras oficinas, no campo das artes e dos esportes, já são, por sua natureza, prazerosas. A cultura da comunidade local é valorizada através das atividades oferecidas e da participação atuante da comunidade.

Constatamos, também, que nas escolas que desenvolvem o *Programa Mais Educação* há uma discussão e reflexão sobre o currículo; que está se buscando orientações e existe interesse em qualificar o trabalho pedagógico através de estudos e formações; que os professores e gestores sentem a necessidade de garantir uma educação de qualidade integrada ao Projeto Político Pedagógico das unidades educativas.

Através dos relatos analisados, percebemos que o *Programa Mais Educação* contribui financeiramente para aquisição de bens e serviços, para a melhoria da infraestrutura da escola e para o funcionamento das oficinas. Entretanto, nenhuma ampliação ou reforma nos espaços

escolares foi realizada para o atendimento dos alunos em tempo integral. Sabendo-se que grande parte das oficinas é desenvolvida no interior da escola, esse fator interfere diretamente na capacidade e qualidade de atendimento aos educandos. Isso significa, também, que as escolas não conseguem incluir todos os seus estudantes no programa desenvolvido.

Verificamos que há discussões sobre educação integral na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, mesmo que estas ainda ocorram de forma tímida. Já é o início para uma organização do trabalho pedagógico de maneira a atender de forma integral o aluno. Acreditamos que cursos de formação possam oportunizar a ampliação das discussões, contribuindo para a elaboração coletiva de documentos e projetos que direcionem um trabalho pedagógico de qualidade.

Observamos também que as atividades oferecidas pelo *Programa Mais Educação* ainda não dialogam de forma integral com as atividades realizadas no período curricular. O que acontece, na prática dessas escolas, são atividades realizadas no contraturno escolar, por monitores, geralmente, pessoas da comunidade local, que atendem parte dos alunos matriculados nessas unidades educativas. Assim, pensamos que há necessidade de se garantir um planejamento coletivo entre os professores e os monitores do Programa, o que nem sempre acontece, pois a maioria deles não está disponível em tempo integral para participar das ações da escola.

Os professores envolvidos, muitas vezes comprometidos com outras turmas ou escolas, revelam não possuir disponibilidade em tempo integral para participar do programa, limitação esta que influencia fortemente na qualidade do trabalho. Dessa forma, promover processos de inserção profissional docente que permitam o aprofundamento da relação do professor com a escola e sua comunidade constitui um desafio da educação integral na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

A dedicação exclusiva para professores da educação básica que atuam na educação integral pode ser também uma estratégia para superar a fragmentação do currículo. Assim, esses profissionais terão maior convivência com os alunos e a comunidade, garantindo a promoção do diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais.

Acreditamos que as práticas pedagógicas devem decorrer de uma efetiva integração de objetivos, de ações e de recursos para contribuir para a superação do caráter complementar ou de contraturno que tem caracterizado, até então, as experiências educativas desenvolvidas pelo programa no município de Florianópolis. É necessária a busca por um currículo mais integrado.

O *Programa Mais Educação*, como uma proposta de educação integral, prevê a conjugação das atividades e a integração de seus educadores (professores e monitores), o que constitui uma ação estruturada. Portanto, este esforço coletivo deve estar inserido no Projeto Político Pedagógico da escola, fazendo com que a ação dos educadores envolvidos seja vista como componente de um projeto educativo mais amplo e articulado, evitando um reducionismo da concepção de currículo. Observamos que essa ação ainda não acontece na grande maioria das escolas pesquisadas.

A operacionalização do *Programa Mais Educação* reúne diversos atores, diferentes saberes e espaços diversificados que acabam provocando tensões de muitas ordens. Esse é mais um dos elementos que parece estar presente no desafio da ampliação dos tempos de aprendizagem na Rede. De todo modo, as experiências revelam iniciativas e inovação pedagógica, vislumbram-se novos perfis de educadores e, com eles, outra estética, presente no processo de ensinar e aprender. Nesse aspecto, percebemos que ainda existem dificuldades nas relações entre os professores envolvidos e os demais profissionais da escola.

É possível afirmar que um novo paradigma de educação integral vem sendo construído e que, por conseguinte, vive-se um período de transição, de mudanças de representações, de relações de poder. O momento parece exigir que estejamos atentos às mudanças e dispostos a contribuir para a construção de políticas educacionais no âmbito da educação integral. Acreditamos que o grande desafio para uma proposta de educação integral passa por processos de gestão na busca de melhores resultados nas aprendizagens dos alunos e de formação continuada no interior das escolas e da rede em parceria com universidades e outras instituições de ensino e formação. Passa, enfim, pelo redimensionamento do trabalho pedagógico das escolas.

Há uma nova concepção para a educação voltada para as aprendizagens dos alunos, na perspectiva de que possam aprender de corpo e de modo inteiro. Para isso é necessário pensar em uma escola de jornada ampliada, com uma proposta integrada por princípios que fazem com que seja possível diminuir a distância entre o que seria o turno regular (currículo formal) e o que se oferece no período ampliado (contraturno). As escolas municipais de Florianópolis têm, ainda, muito que avançar nesse aspecto.

Priorizar a busca pela concretização de uma escola com proposta de educação integral, de tempo integral, com ações integradas e integradoras, tanto no interior da escola quanto fora dela, na relação com a comunidade não será uma tarefa fácil, mas necessária. Requer transformação de padrões de pensamento, de ações pedagógicas, de modos de sentir e viver os espaços escolares, de relações estabelecidas no contexto escolar.

Acreditamos que algumas condições são indispensáveis para que as coisas possam acontecer. Uma proposta de educação integral modifica o cotidiano da escola e exige, para sua concretização, ser pensada, sentida, vivida, organizada, construída no coletivo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988): Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, out. 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília: Casa Civil, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, fev. 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 10. jan. 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 10. jan. 2001.

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília: MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 21, de 22 de junho de 2012. Destina recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução nº 7, de 12 de abril de 2012, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com os Programas Mais Educação e Escola Aberta. Brasília: MEC/FNDE, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16701&Itemid=1114](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114)>. Acesso em: 4 nov. 2012.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. In: *Em Aberto*. Brasília: INEP, v. 22, n. 80, p. 51-64, 2009.

\_\_\_\_\_; GABRIEL, Carmem Teresa. Educação integral e currículo integrado: Quando dois conceitos se articulam em um programa. In: MOLL, Jaqueline et al. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 277-294.

\_\_\_\_\_. *Questões sobre uma proposta nacional de gestão escolar local*. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppgedu/neephi/producoes/artigos>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Tempo de escola e qualidade na educação pública. In: *Educ. Soc.*. Campinas: v. 28, n. 100 Especial, p. 1015-1035, 2007.

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas Atuais da Educação. *São Paulo em Perspectiva*, v.14, n.2, abr.-jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

GIOLO, J. Educação de tempo integral: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate. In: MOLL, Jaqueline et al. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 95-105.

MAMEDE, Inês. A integração da universidade para a formação em educação integral: muitos desafios, várias possibilidades. In: MOLL, Jaqueline et al. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 95-105.

MANUAL Operacional de Educação Integral. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2012.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: Compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline et al. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 235-245.

MOLL, Jaqueline et al. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 27-30.

MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada (CECIP). *Série Mais Educação*. Brasília: MEC/SEB, 2011.

\_\_\_\_\_. Educação Integral: texto referência para o debate nacional. *Série Mais Educação*. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/SECAD. Programa Mais Educação: Gestão Intersetorial no Território. *Série Mais Educação*. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

\_\_\_\_\_. Programa Mais Educação: Passo a Passo. *Série Mais Educação*. Brasília: MEC/SEB, 2011.

\_\_\_\_\_. Redes de Saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. *Série Mais Educação*. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

PADILHA, Paulo Roberto. Educação integral e currículo intertranscultural. In: MOLL, Jaqueline et al. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 189-206.

PARO, Vitor Henrique. *Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino*. São Paulo: 2000. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0528t.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0528t.pdf)>. Acesso em: 03 maio 2013.

PROGRAMA Mais Educação. Apresentação, Brasília, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16690&Itemid=1115](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115)>. Acesso em: 20 out. 2012.

SANTA CATARINA. Resolução CME nº 02/2011. Dispõe sobre o processo de avaliação, recuperação, promoção, colegiado de classe e recursos de ato avaliativo para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Florianópolis: Conselho Municipal de Educação, 2011. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/08\\_04\\_2013\\_15.41.32.a149e4649740bf341f8e61ea7c6b70d7.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/08_04_2013_15.41.32.a149e4649740bf341f8e61ea7c6b70d7.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2013.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento de articulação no processo ensino-aprendizagem. *PerCursos*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 87-102, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. *Tempo Integral – Uma outra lógica para o currículo da escola*. Florianópolis: UFSC, 2006.

\_\_\_\_\_. Tempos e espaços na organização curricular: uma reflexão sobre a dinâmica dos processos escolares. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 01, p. 241-260, abril 2011.

TITTON, Maria Beatriz P. e PACHECO, Suzana M. Educação integral: A construção de novas relações no cotidiano. In: MOLL, Jaqueline et al. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 149-156.

VENTURA, Lidnei. *Gestão Educacional*. SME, Florianópolis, 2011.

WILL, Daniela Erani Monteiro. *Metodologia da Pesquisa Científica: Livro Digital*. Palhoça: Unisul/Virtual, 2012.

**APÊNDICE – Questionário**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INTEGRAL

**PESQUISA**

**“A organização do trabalho das escolas que desenvolvem o Programa Mais Educação na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis”**

**QUESTIONÁRIO**

Este questionário tem como objetivo conhecer a organização do trabalho pedagógico das escolas que desenvolvem o Programa Mais Educação em nosso município. Ele faz parte da pesquisa desenvolvida no Curso de Especialização em Educação Integral da UFSC. Conto com sua colaboração e participação no preenchimento do mesmo.

**I - SITUAÇÃO FUNCIONAL referente ao ano letivo de 2012**

1.1. Qual a unidade escolar onde atuou em 2012? \_\_\_\_\_

1.2. Qual sua função no ano de 2012:

Diretor(a) da unidade ( )          Coordenador(a) do Programa Mais Educação ( )

1.3. Caso tenha sido coordenador(a), há quanto tempo trabalha nesta função com o Programa Mais Educação?    Anos ( )    Meses ( )

**II – A EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL no ano letivo de 2012**

Apresentamos abaixo um conjunto de elementos que, entendemos, constituem a organização do trabalho pedagógico do Programa Mais Educação. Sabemos que o “Mais Educação” é um programa que objetiva, dentre outros aspectos, a indução para uma escola integral e que sua implantação exige que as instituições escolares reconfigurem estes elementos do processo pedagógico tanto em termos de conteúdo quanto de forma. Assim gostaríamos de saber o que vem mudando em sua escola após da implantação do Programa Mais Educação, em cada um dos aspectos elencados abaixo. Pedimos que aponte, em especial, os elementos de mudança decorrentes da Implantação do Programa.

**ESPAÇOS E TEMPOS** (O que se alterou nestes aspectos?)

**RELAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE** (Quais os elementos construídos nessa relação?)

**GESTÃO** (Quais aspectos ganharam destaque após o Mais Educação?)

**SUJEITOS ENVOLVIDOS** (Quais modificações se fazem sentir?)

**CONTEÚDOS TRABALHADOS** (Houve modificação nos conteúdos curriculares ou na forma de trabalho com estes conteúdos?)

**DIDÁTICA** (O Mais Educação agregou elementos novos? Quais?)

**CURRÍCULO FORMAL** (Há debates sobre currículo? Houve mudanças nos projetos e planos curriculares?)

**CULTURA** (Há modificação nesse sentido? A escola se abriu para receber manifestações da cultura local, regional ou global?)

**FORMAÇÃO** (Há formação específica para a implantação do Programa na escola?)

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO** (O projeto vem sendo modificado em função do Mais Educação? Sob quais aspectos?)